



# MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### **ATA Nº 03/16**

Data da Sessão: 29 de abril de 2016

Início da Sessão: 14.30 horas

Fim da Sessão: 19.30 horas

### **Composição da Mesa:**

**Presidente:** Fernando Jorge dos Ramos -----

**1º Secretário:** Carlos Lucas Correia -----

**2º Secretário:** Olga Susana Miranda da Silva -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

----- Aos 29 dias do mês de abril do ano de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Período de Antes da Ordem do Dia.-----
2. **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro.**-----
3. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos.**-----
4. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Listagem de isenções e/ou reduções de taxas.**-----
5. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal do Relatório Anual sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Ano de 2015.**-----
6. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da Aprovação de Proposta de Toponímia.**-----
7. **Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da Prestação de contas referente ao ano de 2015 – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico.**-----
8. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais do Município de Montemor-o-Velho.**-----
9. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Montemor-o-Velho, face à nova Estrutura Orgânica.**-----
10. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, os Documentos de Prestação de Contas 2015.**-----
11. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 2ª Revisão Orçamental – 2016.**-----
12. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de redução/isenção das taxas urbanísticas - licenciamento para ampliação e requalificação de unidade hoteleira, a requerimento de IT – Comércio Internacional, SA para a Rua Combatentes da Grande Guerra, 15 – Montemor-o-Velho.**-----
13. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão prévia de Parecer Vinculativo – Isenção IMT requerida por António Fernando Simões de Sousa.**-----
14. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão prévia de Parecer Vinculativo – Isenção IMT requerida por António Silva Cascão.**-----
15. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão prévia de Parecer Vinculativo – Isenção IMT**

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

requerida por Vítor Manuel Guardado Cantante.-----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças:-----

----- **Mesa:** Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Olga Susana Miranda da Silva. -----

----- **Membros:** Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites, Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Adelaide Maria Simões Medina, Edmea Tereza Reis Silva, Fernando Pereira Nunes Curto, Fernando Manuel Dias Monteiro, Francisco Faria de Paiva Batista, José de Oliveira de Sousa, Maria João Batista Sobreiro, Luís Filipe Azenha Madaleno em substituição de Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo em substituição de Luís Pedro Simões Ribeiro, Telma Margarida Neves Simões, em substituição de Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Joaquim António Graça Rainho, em substituição de Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Paulo José Soares Coutinho, em substituição de Carolina Ferreira Aires, Liliana Isabel Batista Duarte, em substituição de Jorge André da Silva Santana, Maria Graça Valente Reis, em substituição de Sara Cristina Cruz Gomes. ---

----- **Presidentes de Junta:** Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, Secretária da JF de Santo Varão e Tesoureiro da JF do Seixo. -----

----- **Executivo:** Emílio Augusto Ferreira Torrão, Abel da Silva de Oliveira Girão, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Paula Elisabete Pires Costa Rama e Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha e Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte.-----

----- Ausências justificadas e com substituições, anteriormente referidas – Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Luís Pedro Simões Ribeiro, Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Carolina Ferreira Aires, Jorge André da Silva Santana, Sara Cristina Cruz Gomes, PJF de Seixo e PJF Santo Varão.- -----

----- Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos.-----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à reunião quando eram 14h45m. Saudou os presentes e disse: “Como sempre temos uma Ordem de Trabalhos proposta e iremos ter que formalmente a aprovar para depois passarmos à discussão. A reunião de Câmara que acabou de terminar, propõe-nos um novo ponto para agendamento na Ordem de Trabalhos que passo a ler: “Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a isenção do pagamento da taxa pela utilização do Castelo, solicitada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego, CRL.” Se porventura estiverem de acordo nós incluiríamos este ponto na Ordem de Trabalhos com o ponto nº 16, para que possam tomar conhecimento, o secretariado dentro em breve vos fará chegar e rapidamente tomarão conhecimento dele e aguardávamos para o fim, para o discutir.” -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “Acabei de ouvir as palavras de V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> na alteração da Ordem de Trabalhos desta Assembleia. O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra acha inadmissível que em cima da hora se proponha a alteração da ordem de trabalhos. Não nos importa a existência, ou não, da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e do que pretende executar no Castelo. Esse é um ponto, muito embora essa instituição seja querida do concelho porque muito bem tem contribuído para o seu desenvolvimento, mas há uma coisa importante: porquê, como o pretende utilizar? Estas coisas, Senhor Presidente, nem parecem coisas suas. Acho que, atempadamente e descritivamente, os deputados municipais devem ser informados cabalmente dessas situações. É esse o nosso reparo. Quanto ao resto espero que me chegue, efetivamente, esse ponto escrito para o apreciar aqui condignamente nesta Assembleia.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Obrigado Senhor deputado. Provavelmente, houve uma parte da minha intervenção que não escudou. Porque eu disse que o ponto me tinha sido feito chegar da reunião de Câmara que tinha acabado de terminar. Portanto, eu dei a informação quando a tive, quando aqui cheguei para, curiosamente me sentar porque gosto de me sentar sempre antes do início da hora a que estão previstos os trabalhos, não o pude fazer porque ainda decorria a reunião de Câmara. Tão rapidamente quanto soube, e achei que era o momento, estou a informar a Assembleia. Se concordar com a proposta que recebi da Câmara e que eu faço chegar à Assembleia para incluir este ponto e que ele seja o último, será distribuído, incluído e discutido. É esta a questão que eu coloco: a inclusão do ponto, independentemente da sua votação positiva ou negativa, não é isso que está em causa. Em abono da verdade tenho de repor a verdade, não podia fazê-lo antes porque não sabia e não o tinha recebido.” -----

----- Usou da palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, é óbvio que dado o trabalho árduo que o Executivo tem, que reconheço pelo que vejo no concelho, é realmente um trabalho árduo, mas também por este ponto, o Movimento Independente de Cidadania não vai votar contra a alteração da Ordem de Trabalhos, no entanto espera que chegue, atempadamente, essa mesma nota descritiva do que é essa alteração do ponto.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Garantidamente que eu disse que o secretariado ia, assim que possível, fazer, porque tem que se emitir a certidão e assiná-la. Será feito e por isso proponho que seja o último ponto da nossa Ordem de Trabalhos. Nesta questão eu coloco à Assembleia se há oposição à inclusão deste 16º ponto na Ordem de Trabalhos. -----

----- Não havendo, da Ordem de Trabalhos constará um **16º ponto que é: Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a isenção do pagamento de taxa pela utilização do Castelo, solicitada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego, CRL.** -----

----- Com a nossa Ordem de Trabalhos aprovada, passamos ao período antes da Ordem do Dia. -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

----- Faço um pedido formal de desculpa a todos os senhores e senhoras deputadas municipais que no dia 25 de abril, provavelmente entenderam mal o conceito ou pelo menos diferente daquilo que tinha sido a convocatória para as comemorações do 25 de abril e que apenas se apresentaram para a Sessão Solene comemorativa às 11h, e efetivamente a Sessão tinha decorrido, estava a decorrer e continuou a decorrer. Portanto, as minhas desculpas para aqueles que só vieram às 11h e evidentemente demoraram um pouco a perceber que a Sessão já tinha começado. -----

----- Temos um pedido de suspensão de mandato, ao abrigo do regimento da nossa Assembleia, por 9 meses, do Senhor deputado municipal Luís Manuel Barbosa Marques Leal. Pergunto se há alguma oposição a este pedido de suspensão de mandato por 9 meses. Não havendo está aprovado e portanto a partir de hoje, e durante 9 meses, será convocado o substituto na ordem da lista apresentada pela Coligação Mais por Montemor. -----

----- Relativamente à listagem de correspondência que foi distribuída, há mais um conjunto entretanto surgido que tem a ver com as substituições e, também, com esta última questão do pedido da Câmara para aditar o ponto 16º. Esta é a informação adicional relativamente à correspondência enviada e recebida. -----

----- Relativamente à ata da Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2016 que vos foi distribuída eu pergunto se há alguma questão que queiram adicionar. -----

----- Pelo silêncio das bancadas julgo que posso passar de imediato à votação. -----

----- A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”. -----

----- Sendo assim, eu dava os tradicionais 5 minutos de interrupção dos trabalhos para a apresentação de Moções, Recomendações ou Propostas que os Senhores deputados municipais queiram apresentar.” -----

----- Intervenção do deputado Oliveira e Sousa (MPT): “O membro da Assembleia Municipal, Oliveira e Sousa, representante do Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se candidatou tão só para dar dignidade e esperança às pessoas deste concelho, tendo estado presente nas comemorações do 25 de abril, da Constituição e do Poder Local, realizadas por esta Assembleia Municipal no dia 25 de abril de 2016, não pôde deixar de estar atento aos diferentes discursos das forças políticas, democraticamente eleitas nas últimas eleições autárquicas de 2013. -----

----- Para seu espanto, como foi possível, nestas comemorações, ouvir a voz de uma vereadora, dita independente que, perante o púlpito municipal veio discursar como se de uma força política independente se tratasse. -----

----- Porque o exercício de memória é sempre uma mais-valia, o Movimento Independente de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

Cidadania Por Amor a Esta Terra, não se recorda de ter constatado a participação da dita vereadora em listas independentes. -----

----- Deste modo parece-nos abusivo, ou mesmo pouco democrático, que esta flor colhida noutra jardim, venha hoje invocar um título que não tem, porque não foi sufragada como tal, pelo que requeremos esclarecimentos da mesa desta Assembleia sobre este assunto.” -----

----- Intervenção do membro Oliveira e Sousa (MPT): “O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se candidatou tão só para dar dignidade e esperança às pessoas deste concelho, tendo estado presente na iniciativa de comemoração do Poder Local, no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, o qual se saldou por um sucesso em termos pedagógicos e educativo, no entanto, constatou-se, no final deste evento, que a grande maioria dos alunos foram obrigados a sair deste, para apanharem os transportes escolares. -----

----- Confrontado o Agrupamento de Escolas sobre esta realidade, confirmaram os seus responsáveis que alguns destes transportes escolares se inserem em carreiras regulares que impedem qualquer tipo de atraso na prestação deste tipo de serviço. -----

----- Assim sendo, o Movimento Independente de Cidadania vem por este meio questionar o Senhor Presidente de Câmara sobre a real situação deste tipo de serviço, o qual é pago pelo Município, nomeadamente se o mesmo existe apenas para transportar as crianças que frequentam as nossas escolas ou se o mesmo admite o transporte de outro tipo de passageiros. -----

----- Solicitamos igualmente saber se estão asseguradas, em todos os transportes escolares, as condições de segurança que se impõem a este tipo de transporte. -----

----- Acresce dizer que num período em que a Câmara Municipal vê reforçado o seu orçamento com o saldo da Conta de Gerência de 2015, se justifica todo o apoio prestado ao nível de transportes escolares das crianças no concelho de Montemor-o-Velho, ou Vossa Excelência pretende que as nossas escolas fiquem sem alunos?” -----

----- Intervenção do membro Oliveira e Sousa (MPT) - Continuo com esta última intervenção e peço desculpa se sou longo, mas se Vossas Excelências fizerem o mesmo trabalho que eu faço, com certeza que seria muito mais longo. Mas este pretende ser esclarecedor. -----

----- O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, constatou que todos os municípios receberam, por correio, um infomail, correspondente a uma missiva do senhor Presidente da Câmara Municipal, a explicar o brutal aumento da taxa de IMI que os mesmos terão de suportar no corrente ano de 2016. -----

----- Da análise do mesmo, afigura-se um perfeito ato de contrição, e nesse caso impõem-se que invoque: Meu Deus, porque sois tão bom. Tenho muita pena de vos ter ofendido. Ajudai-me a não tornar a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### **Sessão Ordinária de 2016, abril, 29**

pecar. Perdoa-me meu Deus. Isto é o Senhor Presidente a pedir perdão a Deus, de um crente arrependido por tanto mal ter provocado. -----

----- A simples e humilde constatação da prevaricação, já por si, sinal de arrependimento, que não inviabiliza o mal praticado. -----

----- Para o efeito e, recorrendo à linguagem cristã, todo o pecado deve ser redimido, por uma penitência à altura do ato praticado. -----

----- Assim, o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, que se candidatou tão só para dar dignidade e esperança às pessoas deste Concelho e, recorrendo à linguagem cristã que norteia a análise da sua missiva, propõe, para que V. Excelência possa entrar na porta do Céu, sem qualquer recriminação de todos os santos, que como penitência do pecado maior do aumento do IMI, tenha o arrojo, a coragem e a frontalidade de apresentar a esta Assembleia Municipal a proposta de isenção de 3 mensalidades do pagamento de água e saneamento básico, a todos os munícipes, indo ao encontro dos valores pagos a mais por estes, em função do aumento do IMI, para a taxa de 0,5%.-----

----- Assim procedendo, faz sentido o seu ato de arrependimento e *quicá* a justiça que tanto apregoa mas, lembro ainda ao Sr. Presidente que estamos à beira da campanha eleitoral e, talvez fosse um bom ato para aproveitá-la e para se redimir destes pecados.” -----

----- Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) – Congratulações de Aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) – Tomada de Posse – Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Carlos Lucas (PS) – Congratulações de aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03. -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Sr. Presidente, com o devido respeito e com a devida vénia, reitero os cumprimentos à mesa, ao Sr. Presidente da Câmara e a todos, com todo o respeito e admiração pelo trabalho incessante que estão e vão fazer aqui nesta Assembleia.-----

----- Na última Assembleia questioneei o Sr. Presidente da Câmara em vários pontos, entre os quais, só me vou referir a dois, e respondendo cabalmente com o respeito e com deferência que o Senhor merece e pela dignidade que tem, enfim e, pelo esforço que ele faz por este concelho. -----

----- Fiquei satisfeito. No entanto, gostaria de saber do Senhor Presidente da Câmara quais são os efeitos e em que estado se encontra aquela parte da Urbanização D. Teodora, que foi um caminho público existente, que permitia às crianças, que moram naquela urbanização, chegarem à escola mais rápido do

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

que andarem 2Km por becos e travessas. Ele disse e referiu que a fiscalização já constatou este facto, também me disse na altura, na qualidade de jurista, que eram espaços públicos mas, isso para mim, passo em frente e o que importa é a satisfação cabal dessas crianças que moram naquela urbanização e têm que andar quilómetros para chegar à escola, conquanto 100m bastavam. Eu pergunto em que fase está essa situação e as providências que a Câmara tomou? -----

----- Por outro lado, há uma outra parte que é a Quinta de S. Luiz, que aqui anda há 16 anos, e V<sup>a</sup> Exa. sabe que esteve cá comigo, assim como o Senhor Presidente também sabe que esteve comigo e, sabe das minhas intervenções, mas agora como se costuma dizer, a sopa caiu-lhe no prato. É ele, efetivamente que tem de resolver a situação. Na verdade, questionei-o também acerca da urbanização da Quinta de São Luiz, pelas várias turbulências e outras coisas que não pretendo agora referir, vou guardar essas coisas para tempo oportuno, em que ele disse e eu concordo com ele, porque de facto é preferível um acordo do que andarmos em tribunais e, questionava o Senhor Presidente da Câmara em que fase estão essas negociações. -----

----- Recebi uma nota de esclarecimento e de informação daquilo que na Comissão Permanente eu referi e pedi a V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> para investigar e indagar, para informar cabalmente. Estamos a falar das cegonhas. As cegonhas são umas aves que são os únicos habitantes novos que vêm para o concelho que nidificam e criam população no concelho. São elas que trazem mais-valia para o concelho, dão cor e brilho, o resto é um deserto. Ora, efetivamente, eu recebi essa nota esclarecedora no dia 20 de abril, nas informações de quem mandou cortar aquelas ditas árvores, onde estavam a nidificar as ditas aves. Ninhos instalados há dezenas de anos e árvores que efetivamente necessitariam de ser abatidas, mas outras não. -----

----- Efetivamente, o Executivo informou-me e, tirou o cavalo da chuva, que é a coisa mais fácil, chega para lá, salto eu, sem perder o casaco e, água para a frente. Diz-me então o Executivo, que quem mandou executar o corte das árvores foi a APA, a Agência Portuguesa do Ambiente. E ainda disse que o ICNF, também deu o seu parecer. Mas sabe que estes senhores ganham o seu dinheiro nos gabinetes e eles só se deslocam por coisas “lana-caprina”, para contender com os munícipes que querem fazer alguma inovação, de resto, aves para eles, que se atire ao alvo. Mas o que lamento é que temos uma Chefe de Divisão do Ambiente, dita Chefe de Divisão do Ambiente e Obras, já não sei o que é isso, há tantas denominações neste concelho que já não sei qual é aquela que corresponde a estas situações. Para além do mais, o Senhor Presidente da Câmara, que tem as costas largas, ele é que tem de apanhar, ele é que é o homem, o Executivo, o responsável, assim como o Senhor Vereador do Ambiente, não é só dos copos e das festas, é também disto. Realmente, ambos me disseram na informação que a culpa é da APA e do ICNF. Agora repare, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor até é uma pessoa sensível e eu digo-o com sinceridade, não estou no gozo, estou a constatar um facto, o Senhor é uma pessoa sentida nestas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

situações, importa-se com o concelho, vibra com todas estas situações, mas então, será que estas agências e estes institutos mandam cortar umas árvores no tal dito Centro de Alto Rendimento, nem sei o que é aquilo, têm estes nomes pomposos, mas quem arca com aquilo é o povinho, mandarem cortar as árvores com os ninhos lá, os filhos que estão para ter e, desta frieza e desta insensibilidade, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vereador, a Chefe de Divisão, tanta insensibilidade, porquê? Porque é que não tomaram uma posição? Sabe Senhor Presidente, isto corresponde a um crime ambiental, um crime público e qualquer cidadão poderá fazer a queixa ao Ministério Público, mas eu também o posso. O Senhor Presidente da Câmara está a olhar para mim e diz-me assim: fá-lo tu. Mas eu não sou Presidente da Câmara. Não sou Vereador. Não sou Chefe de Divisão. Não sou Presidente da Assembleia Municipal. Oh Senhor Presidente, encarecidamente o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que é a coisa que eu mais preservo é o amor, onde estiver estou sempre por amor, eu digo-lhe: Será que V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> perante um crime hediondo dos únicos habitantes que renovam a população deste concelho, os seres vivos que trazem ao concelho turistas, trazem ao concelho outras pessoas que vêm deixar e fazer as suas despesas e pagar aqui impostos nos seus consumos? V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> não tem a coragem, ou o Senhor Presidente da Câmara, uma vez que estão isentos de qualquer atitude neste sentido se queixarem ao Ministério Público, instaurarem um Processo-Crime e o nosso concelho ser ressarcido dessas eventuais receitas das pessoas que nos visitam, nos deixarem de visitar? -----

----- Eu deixo este reparo a V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> porque cada um destes mortais que passam no nosso concelho ou andam com pressa ou andam a acelerar e outros nem têm tempo para vestir o casaco, nem sequer têm tempo para ler estes papéis que nós recebemos. Estou convencido que 90% das pessoas que vêm aqui a esta Assembleia não leem nada disto. De maneira que é preciso ter o discernimento e a seriedade para que futuros candidatos que venham aqui que tenham a perceção e o respeito que se deve a esta Assembleia, no mínimo lerem tudo o que está aqui escrito. No mínimo fazer referência, quanto mais não seja para ajudar o Senhor Presidente a saber gerir melhor o concelho. Muito obrigado.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Tenha várias questões para colocar ao Senhor Presidente de Câmara, aproveito e coloco todas, alguns temas diferentes, mas assim, já que estou a usar da palavra, falaria de todas elas. -----

----- A primeira questão prende-se com o Mercado Municipal. Há cerca de uma semana ou duas, foi colocado o nome do mercado municipal no edifício, é uma situação que até fica bem mas, podiam ter-se lembrado, antes de colocar as letras terem feito uma limpeza à parede, porque efetivamente estaria a necessitar e ficaria muito mais bonito que o tivessem feito. -----

----- Em relação à limpeza do Mercado Municipal já no passado ano de 2015, precisamente na Assembleia Ordinária de abril, foi perguntado ao Senhor Presidente de Câmara se havia alguma

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

possibilidade de fazer uma limpeza aos pilares que lá estão grafitados que já na altura estariam há algum tempo e continuam passado um ano. O Senhor Presidente de Câmara explicou que teria que vir um spray especial do estrangeiro para aplicar naquele tipo de material porque facilmente não se conseguiria tirar os grafitis dos pilares. A verdade é que não há spray, os grafitis continuam nos pilares e efetivamente é uma situação que fica muito mal a quem visita o mercado. -----

----- Vimos umas faixas de publicidade colocadas mesmo junto à parte onde funciona o mercado, em si, viradas para o estacionamento que fazem alusão à venda de peixe e produtos hortícolas, mas a verdade é que o mercado cada vez mais está vazio, sem produtores, sem agricultores, sem comerciantes que o possam utilizar. Existe o Mercadinho ao sábado, na rua ao lado do edifício e eu deixaria aqui um repto e ao mesmo tempo pergunto se esses comerciantes, uma vez que estão na rua, não poderiam utilizar a parte de dentro do mercado atraindo uma outra dinâmica para aquele espaço que bem precisa de ter qualquer coisa que faça com que as pessoas montemorenses vão ao mercado. -----

----- A publicidade do Mercado Municipal continua sem estar regulamentada. Existe também, e também lhe perguntei isso no ano passado, a questão da constituição do condomínio, tendo em conta que a Câmara Municipal é que possui a maior permissão, terá que ser esta entidade a dar o impulso à sua constituição. Na altura o Senhor Presidente também me respondeu, dizendo que até tinha requerido aos serviços para que isso fosse feito judicialmente, pergunto em que pé é que está essa situação e se existe já mais alguma novidade sobre esse assunto e se há realmente interesse da Câmara Municipal proceder à constituição do condomínio do Mercado Municipal.-----

----- Com isto tudo, também pretendo saber qual é a estratégia que o município tem para aquele espaço, porque é um espaço, como hoje podemos ver, está ali a acontecer uma atividade muito interessante, dinamizada pela Santa Casa da Misericórdia, a Feira Tradicional. Efetivamente, se atividades daquelas ocorressem com mais periodicidade com certeza que o mercado tinha outra dinâmica, os comerciantes teriam outros resultados e havendo uma estratégia para os fins de semana, também era importante. Porque acaba por ser o espaço que toda a gente passa, toda a gente ali para e, acaba por ser um bocadinho a cara da Sede de Concelho. Gostaria que o Senhor Presidente me explicasse se tem alguma estratégia para o espaço. -----

----- Outra intervenção vem no sentido do aluimento de terras que deu origem ao abatimento do piso da A14. Saber se o Município está a acompanhar a situação e se nos pode dar algumas informações sobre a conclusão das obras, quando é que eventualmente a A14 estará disponível para que possamos passar lá de uma forma livre e sem impedimentos. -----

----- A última intervenção vai no sentido da decisão de encerramento da Karapi, a empresa de calçado que fica em Tentúgal. Segundo a comunicação social e, segundo informações que temos, infelizmente é

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### **Sessão Ordinária de 2016, abril, 29**

uma empresa que vai fechar portas porque o único fornecedor que teriam pretende cortar a ligação com Portugal, terá declarado insolvência em França e a entidade que ficou com essa empresa pretende trabalhar com a Tunísia e não com Portugal. Os visados neste processo acabam por ser cerca de 130 trabalhadores daquela empresa. Muitos deles compostos pelos 2 elementos do casal outras na grande maioria mulheres muitas delas são o único motor financeiro do seu agregado familiar, pessoas que trabalham naquela empresa já desde 1980, pessoas com idades compreendidas entre os 35 e 45 anos de idade, que, efetivamente, o mercado de trabalho, preferencialmente não acolhe com muita facilidade. Ao que sabemos e, penso que é do conhecimento geral, aquelas pessoas provavelmente vão ficar numa situação de desemprego prolongado e o que esta bancada pretende saber é se o Município eventualmente já terá feito algumas *démarches* no sentido da possibilidade de haver alguma outra entidade, bem sabemos que é uma questão privada mas, tendo em conta que são famílias do concelho, que são trabalhadoras do concelho e que é uma realidade que infelizmente, cada vez mais, assola os nossos dias, se tem procurado estabelecer alguns contactos no sentido de haver alguma outra entidade que pretenda dinamizar aquele espaço, que pretenda alocar alguns trabalhadores porque, realmente, seria de todo conveniente que isso acontecesse para que aquelas famílias não ficassem desacomodadas futuramente.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “São apenas três questões muito sumárias. -----

----- Uma tem a ver com a Sessão do 25 de abril, e é diretamente para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e naturalmente para a Comissão Permanente em que estivemos todos envolvidos na melhoria, e sobretudo, na dignificação deste dia. O que tinha sido para todos nós o ano passado uma desilusão, a celebração deste dia, e penso que foi possível, graças a todos os que estiveram empenhados, naturalmente o Senhor Presidente ainda mais do que qualquer um de nós, que encetou todas as conversações e todas as *démarches* para que conseguíssemos dignificar e continuar a dignificar este dia que é um dia extremamente importante para todos os portugueses e, não podemos nunca, deixar cair as comemorações principalmente deste dia. -----

----- Quero-lhe dar também os parabéns por ter pensado em reconhecer todos os autarcas, nomeadamente, todos os Presidentes de Câmara e Presidentes das Assembleias Municipais, que passaram durante estes 42 anos, que ainda não foram porque ainda não terminámos este mandato, por este Município. Acho que foi muito importante reconhecer o trabalho dessas pessoas todas que, muitas vezes deram de si antes de pensar em si, o Senhor Presidente conhece bem este lema. Isso tem de ser reconhecido e valorizado porque são cargos de grande desgaste e, portanto, esse reconhecimento ficou muito bem à Assembleia Municipal, na sua pessoa, naturalmente que articulou também com a Câmara Municipal e não podia deixar de falar sobre esse assunto. -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

----- Ainda no âmbito das comemorações do 25 de abril, dar o feedback à Assembleia Municipal da iniciativa que levámos a cabo, também à Comissão Permanente, na passada terça-feira, na sede do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho em que tivémos aquele anfiteatro cheio, é possível ver também essas fotografias que estão disponíveis no facebook da Câmara Municipal e o Senhor e, todos nós que estivemos presentes verificámos também, por um lado a quantidade de informação que os alunos têm e a quantidade de coisas que eles sabem e que nos transmitiram. Por outro lado, o acolhimento que tiveram, a atenção que tiveram aquilo que fomos dizendo e ao que fomos transmitindo e, sobretudo uma grande motivação para que eles um dia mais tarde, sejam eles também participantes e façam parte destes órgãos que são decisivos numa democracia que se quer livre e que se deve valorizar sempre. Isto é o que me apraz dizer sobre estes dois momentos que penso que foram muito importantes.-----

----- Mais dirigido ao Sr. Presidente da Câmara são questões que têm mais a ver com o município, eu pergunto, ali entre Gatões e o Casal Raposo há uma pequena ponte que tem tido desde sempre alguns problemas. Ela está outra vez a abater, percebi que houve uma intervenção e depois ela voltou a abater do lado direito de quem vai de Gatões para a Carapinheira e queria saber se havia da parte da Câmara Municipal intenção de fazer ali alguma intervenção para resolver aquela questão até porque ela fica numa curva e, de facto, a quantidade de água que passa ali, no inverno é em demasia. Era mais essa questão que queria pôr à Câmara Municipal.”-----

----- Pediu a palavra o membro Adelaide Medina (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Cumprimento a todos na sua pessoa, Senhor Presidente da Câmara e restantes deputados. A minha intervenção vem no sentido de uma preocupação, já de há praticamente um ano, que vivemos em Pereira, que é a situação do Posto Médico. Nós não temos condições no Posto Médico, para que os médicos se sintam confortáveis com os seus próprios utentes. Isto vem desencadeando na população um certo desgaste e revolta, incluindo eu que também não tenho médico de família, ou seja, terei que me deslocar a Montemor para ver umas simples análises porque o médico que estava em Pereira, recusava-se, com todo o direito, a consultar os utentes que pertenciam à outra médica.-----

----- Neste momento esse médico foi embora também, devido às condições que não são de maneira nenhuma, umas condições boas e adequadas, nem para o médico, nem para o utente. Neste momento temos um outro médico a substituí-lo o que não quer dizer que daqui a uns dias não ficaremos mesmo sem médico nenhum no posto médico. Pereira que é uma freguesia com uma densidade populacional elevada e não tem médicos que consigam dar uma resposta aos utentes que precisam.-----

----- O próprio médico recusa-se a prestar serviços naquelas condições. Para quando mudar as instalações? É essa a minha questão. Será que a população de Pereira terá de tomar uma posição menos agradável para que sejamos vistos e para que sejamos alguém que possa tomar uma posição? Ou será que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

temos alguém ao nosso lado que possa intervir nesta situação? São estas as minhas questões e indignação porque como disse, eu própria também não tenho médico de família. -----

----- Há uma médica que está de baixa há nove meses, não há nenhum médico que vá fazer essa vaga existente, não é lá colocado nenhum médico, dada que a Senhora está de baixa e, a população de Pereira não se pode rever nem temos dignidade de ter um médico. É essa a questão que me indigna profundamente.” -----

----- Pede a palavra o membro Fernando Monteiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Na sua pessoa, cumprimentos todos os presentes que estão nesta Assembleia. -----

----- Quer a chamar a atenção do Executivo para duas ou três pequenas situações da Freguesia de Santo Varão.- -----

----- Uma delas é a estrada do Rio, e não sei se deva trazer isso à coação, porque sei que não é do foro jurisdicional da Câmara Municipal nem das Autarquias, mas aqui eu trago é de louvor. Até podia pensar quem faz esse trabalho de quase anjo da guarda, porque com as chuvas que aconteceram, eu sou um utilizador diário da estrada que liga desde a minha residência em Santo Varão para o lado de Pereira e muitas vezes para Montemor e, verifiquei que apesar do elevado índice de pluviosidade que aconteceu neste inverno e primavera, havia umas almas caridosas que, se calhar a calado e fora de horas, tapavam aqueles buracos e com isso evitaram grandes perdas humanas e materiais, não só para os habitantes das freguesias contíguas, quer para aqueles passantes. Alguém lhe fará chegar esse meu agradecimento pessoal e em nome da comunidade a esse tipo de trabalho, porque é meritório. -----

----- Não sei se será possível, se a APA estaria disponível para um protocolo com a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho ou com as Autarquias, (talvez não seja possível pelo olhar do Senhor Presidente), mas não sei se não seria vantajoso esse tipo de atitude para fazerem esse trabalho. -----

----- Uma palavra de estímulo para que continuem de certa maneira, porque se poupou bastante em termos materiais. -----

----- Ainda na estrada do Rio, passando junto ao CAR, verifiquei que há movimentação de terras, se me permite e com alguma ironia, não me leve a mal, até pensei que tinha sido retomado o projeto dito de “má memória”, eu não queria dizer de “má memória” queria dizer que estava ali consignado, que estava previsto e que este Executivo cancelou. Peço ao Secretariado da mesa que ponha esta “má memória” entre comas, porque obviamente não é esse o sentido do termo que quero usar e estou a falar com ironia. Mas penso que não é de facto essa a situação. Mas parece-me, que há ali um melhoramento ou alguma movimentação para alguma obra que com certeza o Senhor Presidente poderá esclarecer aquilo que se vai ali passar, porque, se calhar é uma obra necessária e, se calhar, será para benefício daquela zona e terá a ver com acessibilidades, segundo depreendo. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

----- Outra situação também, outro ponto que aqui trago tem a ver com aquilo que a minha colega de bancada, Adelaide Medina, trouxe acerca dos Centros de Saúde. Neste caso, e concretamente, também no de Santo Varão. -----

----- O Centro de Saúde de Santo Varão e o Centro de Saúde de Pereira não se podem dissociar um do outro. É pena que não tenham caminhado desde o passado num sentido comum, antes pelo contrário, hoje em dia e cada vez mais, no futuro se vai verificar, que essa não confluência de interesses e de situações vai degenerar em perdas substanciais para a comunidade. -----

----- Se o Centro de Pereira não tem condições, o de Santo Varão para lá caminha ou ainda pior. É um Centro que está em situação provisória há mais de 30 anos, tem uma situação minimalista em termos de efetivos, tem um médico, uma enfermeira e um apoio administrativo. Quando um dos elementos falha, a mesa cai. Com a situação de Pereira deslocalizaram a médica e a enfermeira de Santo Varão para Pereira. Criámos aqui uma situação, que sei que não é da responsabilidade da Câmara, é da ARSC, fazer a movimentação e o provimento das vagas na situação, criou-se ali a situação que o Centro de Saúde fechou porque o médico de Santo Varão foi para Pereira, como perceberam pelo que a minha colega disse. Criou-se uma situação de utentes de primeira e utentes de segunda, ou então taparam o sol com a peneira nessa situação. -----

----- Para terminar e, com todo o respeito que tenho pelo senhor Presidente da Assembleia, há uma situação que se vai complicar, porque estando previsto o encerramento da Escola Básica de Formoselha, da Freguesia de Santo Varão, a freguesia de Santo Varão ficará completamente desprovida de serviços públicos e isso, Senhor Presidente, se me permite em questão de epílogo, não será muito bom verificar. Não será bom para as populações, não será bom para a Autarquia e fazer o apelo no sentido de convergência, se pode de certa maneira por pressão ou por intervenção tentar opinar para que aquela freguesia não fique completamente desprovida de bens essenciais.” -----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Cumprimento na sua pessoa todos os presentes nesta Assembleia Municipal. -----

----- Neste período Antes da Ordem do Dia, apenas queria levantar duas questões. -----

----- Solicito um ponto de situação ao Senhor Presidente da Câmara para saber como é que está a situação do Conselho Municipal de Juventude e do Conselho Municipal do Desporto porque sei que já há cerca de um ano que foi iniciado o processo para a criação dos mesmos e, no entanto não sei como está a situação e se já foram finalizados ou não todos os processos. -----

----- Nesse sentido, aproveito para questionar o Senhor Presidente da Câmara, uma vez que estamos a falar neste processo da criação de dois conselhos municipais, porque não a criação também do Conselho Municipal da Cultura. Isto porque não sei se foi por lapso meu, mas não me recordo que tenha visto ou que

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

tenha falado, ou sequer tenha sido levado à discussão este conselho municipal. Uma vez que temos um concelho com uma vertente bastante forte e enraizada nesta área, deduzo que seja mais justificável a sua criação à semelhança dos outros, uma vez que os outros estão a ser criados e penso que têm justificação para isso, penso que este também não se pode deixar passar em claro. -----

----- O segundo ponto que queria aproveitar para pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao mesmo tempo, ao Senhor Presidente da Câmara é que eu recebi na Dropbox uma documentação sobre uma notificação do Acórdão do Tribunal de Contas e eu, fiquei na dúvida se esta discussão ia ser feita neste ponto Antes da Ordem do Dia, se vai haver algum esclarecimento inicial feito pelo Senhor Presidente da Câmara nesta matéria ou se é apenas para tomada de conhecimento dos Deputados Municipais.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Não é que os outros deputados municipais que me tivessem interpelado não mereçam a mesma dignidade que a resposta que vou dar já ao Senhor deputado Francisco Mano e aproveito a toda a Assembleia. Tem a ver com este documento que eu reputo de importância para o Município e, assim que tive conhecimento dei conhecimento dele a todos os Senhores deputados e deputadas municipais. Nessa perspetiva também julguei que, na minha opinião era um assunto que devíamos discutir, claro que não ia agendar um ponto específico para isto, porque já o tínhamos trabalhado, já o tínhamos agendado e pareceu-me que o Período Antes da Ordem do Dia certamente, os Srs. Deputados Municipais quando receberem isto vão perguntar e portanto o Sr. Presidente da Câmara está disponível para abordar este ponto e portanto iremos abordá-lo e agradeço-lhe a questão.” -----

----- Desculpem os outros deputados municipais que intervieram e que me pediram solicitações mas este, eu julgo, que era de maior importância, as prioridades são de cada um mas desculpem as minhas prioridades.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Muito boa tarde a todos os presentes. --

----- Vou abordar dois temas que já foram abordados neste período, nesta sessão. O primeiro tem a ver com a comemoração do 25 de abril. Acho que este ano as comemorações dignificaram mais a data e o Município. A intervenção/ação que houve na escola foi, efetivamente, muito positiva. Eu queria dizer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que pode continuar a fazer reuniões da Comissão Permanente apesar de sobrar muito trabalho para si, que disse que não fazia mais nenhuma, mas acho que vale a pena e que temos de continuar. Ter o privilégio de estar em mais de uma escola e os alunos das outras escolas perguntam-me: “então e nós?” “ Porque é que vão só a Montemor, então e as outras?” Se calhar temos de pensar em fazer mais ações e até de ir às outras escolas que fazem parte deste agrupamento. -----

----- Aproveito porque acho que é importante e acho que, pelo menos não me lembro, só se estava distraída que o tenham já feito, enaltecer o trabalho dos professores que estiveram por trás desta

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

organização, que prepararam os alunos e que os ajudaram a fazer aquele trabalho, que foi extremamente meritório. Pensávamos que íamos fazer uma apresentação e fomos brindados com a apresentação. Estivemos ali presentes a assistir a uma sessão que não estávamos à espera e os alunos estavam muito bem preparados para o que estavam a fazer e o trabalho dos professores que estavam envolvidos. Acho que deve ser reconhecido este trabalho. -----

----- Ainda relativamente às comemorações do 25 de abril, há uma coisa que se calhar não devia falar mas, está aqui entalada e eu não gosto de ficar com as coisas entaladas. Que teve a ver com o almoço. Foi combinado na Comissão Permanente e, foi combinado que na Associação de Quinhendros que se continuava a comemorar o 25 de abril, tínhamos conhecimento que seria a única e que, se comemorasse, seria lá o almoço. Lamento muito e, parece-me que não ficamos muito bem representados porque só estávamos ali menos de uma dúzia, dos elementos que participaram na Assembleia Municipal, não os contei mas sei que éramos menos de uma dúzia na mesa. Porque também aí se via e quem tivesse lido a ata da Comissão Permanente também verifica que estava lá articulado. Claro que cada um de nós tem os seus compromissos pessoais, mas isto também estava mais ou menos alinhavado desde janeiro, pelo menos os membros da Comissão Permanente. A mim custou-me chegar à Associação, ao almoço, onde estavam à nossa espera e depois muitos de nós não estiveram lá. Foi um ponto negativo do dia e por isso tinha de o referir aqui. Estamos na Revolução de abril, são os cravos, mas muitas vezes fala-se em rosas e elas têm espinhos, e de vez em quando é preciso referi-los. -----

----- Em relação ao segundo assunto, também já foi referido, a fábrica de calçado, a Karapi. Em primeiro lugar gostaríamos de dar e mostrar toda a nossa solidariedade para com todos os trabalhadores, nomeadamente as trabalhadoras na sua grande maioria, mas com todos os trabalhadores da fábrica que estão nesta altura numa situação complicada. É um mal muito grande para a economia, para o bem-estar dos munícipes. Já somos tão pobres nesta área e perdemos aqui mais uma valência de trabalhadores que ficam numa situação muito precária e não podemos deixar de dar a nossa solidariedade para com estas pessoas. -----

----- Também gostaria de saber, com o conhecimento de que a fábrica é privada e que a Câmara e as juntas de freguesia não se podem imiscuir no foro privado das empresas, mas se têm tido, não pergunto só à Câmara porque as Juntas de Freguesia estão sempre mais próximas das populações e das pessoas e gostaria de saber se dentro do que é possível, das competências do que legalmente é possível fazer, se a Câmara e as Juntas de Freguesia estão a fazer alguma coisa no sentido de ajudar e a prestarem apoio e que tipo de apoio estão a dar a estes trabalhadores que nesta altura estão nesta situação em momento de crise.” -----

----- Pediu a palavra o membro Luís Madaleno (Coligação Mais por Montemor) que disse: “ A minha



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

abordagem vai apenas para a recolha de informações relativamente à linha de comboio entre a Figueira e a Pampilhosa. Recebi umas informações oficiais e não oficiais de que poderia, por uma eventualidade, ela ser requalificada, se na realidade isso é uma hipótese e se poderá acontecer. Aproveitando também esta situação e em resposta ao repto da Sr.<sup>a</sup> deputada municipal Albertina Jorge, na última Assembleia Municipal, relativamente à utilização de internet. Essa mesma linha teve durante muito tempo, e não sei se ainda tem ou se já foi retirada, a passagem de fibra ótica que em termos de internet será do melhor que para aí existe. Pelo menos as freguesias de Liceia, Seixo, Arazede, pelo menos essas iriam ficar salvaguardadas com essa hipótese de poder utilizar, caso as instituições do Estado quisessem trabalhar em conjunto. -----

----- Mais uma vez, e apesar de ser um bocadinho insistente neste aspeto, a requalificação das estradas. Não estou a pesquisar projetos, porque sei que existem, mas se está planeado executar algum ainda durante este ano. Não lhe vou arranjar cabimentação financeira que esse não é o meu trabalho.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Relativamente às cerimónias oficiais do 25 de abril fez-se um bocadinho mais, melhorou-se comparativamente ao ano passado, o que não seria difícil fazer melhor, mas fica um desafio de que não só a Assembleia Municipal, mas também a Câmara Municipal torne esta data com um programa digno e oficial de atividades e eventos que possam dignificar esta data e o que ela representa. -----

----- Deixo, também aqui ao Senhor Presidente da Assembleia o que já foi em parte transmitido pela deputada Albertina Jorge, relativamente às reuniões que a Comissão Permanente possa fazer para além deste espaço que a Assembleia Municipal adotou no edifício da câmara, mas também possa estar presente noutras escolas, noutras instituições onde quer que seja, com debates, com temas que sejam oportunos na altura para promover e debater e cá estaremos para dar a ajuda que for necessária para o Senhor Presidente não acarretar com todo o trabalho. -----

----- Deixo algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara relativamente, se tem previsto alguma intervenção no Parque de Campismo da Vila, uma vez que é conhecido que vão existir e que têm existido há algum tempo para cá eventos interessantes que trazem muita gente ao nosso concelho que sabemos que a capacidade hoteleira não é suficiente, sabemos que estas mesmas pessoas que nos visitam passam aqui o dia e depois vão para as cidades de Coimbra e Figueira da Foz. Se não acha importante e, se não era importante o Município fazer um esforço de requalificação do Parque de Campismo. Além de campismo, caravanismo. Eu gostava de ver o mesmo empenho, o mesmo entusiasmo numa instituição mesmo ali ao lado, que foi o Centro Hípico, gostava de ver o mesmo entusiasmo por parte da Autarquia em requalificar o espaço que é do município e que seria uma mais-valia para quem nos visita e para quem queira ficar a pernoitar no concelho. -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

----- Por último queria deixar uma mensagem de solidariedade e de coragem às trabalhadoras e aos trabalhadores da Karapi, para que não desistam, para que continuem a lutar pelo que têm direito e, também, lamentar nesta Assembleia que, quando pela primeira vez a CDU trouxe isto à Reunião do Executivo Municipal, a primeira resposta que nos foi dada é que de facto não havia nada a fazer. Logo nessa primeira reunião e nesse primeiro debate do problema, pareceu-nos que o Executivo Municipal atirou a toalha ao chão e que não havia nada a fazer. Gostaríamos de perguntar se foram feitos contactos com os vários Ministérios, do trabalho, da economia, ou mesmo alguns contactos com outros Concelhos onde esta atividade/indústria do calçado tenha raízes muito profundas, e sabemos que é uma atividade, das poucas, que no nosso país está em franco crescimento, se não haverá noutros concelhos, nomeadamente São João da Madeira, ou se não se poderá contactar associações de empresários ou outros empresários do ramo do calçado que vejam aqui uma oportunidade de instalarem e de reaproveitarem as instalações, a maquinaria, as funcionárias para melhorarem e aumentarem a sua produção com as instalações que já existem aqui no nosso concelho. Gostaríamos de deixar a pergunta se foram feitos os contactos e esse esforço para que se a Karapi não ficar, que fiquem pelo menos as trabalhadoras, que fique a fábrica com uma nova administração, com uma nova empresa, uma nova marca, o que quer que fosse.” -----

----- Usou a palavra o PMAM que disse: “Antes da dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, permito-me duas ou três considerações. Porque fui diretamente interpelado. Vou-vos pedir uma coisa, não que o faça a título pessoal, façam-vos institucionalmente. Relativamente à questão do 25 de abril e às comemorações. Primeiro, nós assumimos que a iniciativa das comemorações do 25 de abril, seriam mais ou menos coordenadas pela Assembleia Municipal. Foi assim, não quer dizer que seja assim. Mas sendo assim, há pelo menos uma coisa que eu tenho que reconhecer ao Sr. Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara é o Presidente da Câmara e, demonstrou boa vontade, eu diria mais, a humildade que ele demonstrou num dia tão importante, não ser a primeira figura, tenho de lhe reconhecer isto e dizer que as Comemorações do 25 de abril são de nós todos. Se nós não quisermos que elas aconteçam e se não participarmos elas não acontecem. E reparem numa coisa, vou-vos dizer com todo o despretensiosismo, leiam os discursos deste ano de quem interveio e comparem-nos com os do ano passado e verão que até aí, e sem desprimor para quem os fez o ano passado, que alguns até foram elaborados pelas mesmas pessoas, comparem os mesmos. E de facto, os discursos foram muito mais, eu diria, permitam-me a minha modesta opinião, do espírito do 25 de abril, sem querer criticar seja quem for, porque eu digo-vos podia esperar tudo no dia 25 de abril, sinceramente e não é nenhum elogio que faço, provavelmente a pessoa em causa até pode ter problemas em casa. Mas nunca me passaria pela cabeça, ouvir o meu amigo Aurélio Rocha citar Sérgio Godinho. E isso, verdadeiramente significa que houve um espírito de tentar “beber” algo do 25 de abril. Esse é um exercício que vos faço. Esse exercício, nalgumas questões, e desculpem estar a

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

alongar-me mas, há coisas que marcam a vida das pessoas, e esta verdadeiramente a senti. E portanto, se queremos que o 25 de abril para o ano seja melhor, seja mais participado começemos por nós próprios, começemos por nos envolver porque eu posso ter-me envolvido um bocadinho mais do que seria desejado.

----- Na escola não correu bem. Correu muito bem. Não tem a ver com a nossa participação, quer dizer, tem a ver com a nossa participação porque se não desafiássemos a escola e, ela respondeu, particularmente em Pereira, responderam espetacularmente, e isso sim, significa que conseguimos passar o espírito sem dizermos nada, só dizer que lá íamos falar da Assembleia e isso é realmente importante.-----

----- Para acabar e porque não falo mais nisso, apenas três palavras do meu discurso: silêncio, emprego e poesia. Não quero falar mais nada sobre isso e peço-vos desculpa deste meu estado de espírito e deste estado de alma para voltarmos aos trabalhos da Assembleia, não que os tivéssemos abandonado.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Sr. Presidente penso que não percebeu o que quis dizer. Eu louvei a atividade e a iniciativa da Assembleia Municipal. Aquilo que estou a dizer, e à semelhança do que conheço de outros municípios que encaram as cerimónias e as comemorações do 25 de abril de maneira diferente, independentemente das cerimónias oficiais da Assembleia Municipal. Têm concertos, têm musica, têm teatro, têm exposições ou seja, têm uma atividade cultural completamente diferente daquela que não existe aqui, ou melhor, que as nossas associações e coletividades têm mas, que depois nestas alturas a Câmara Municipal não reaproveita e não reanima para que sejam exploradas e divulgadas numa data como esta. Ou seja, temos uma programação própria, uma atividade própria da Câmara Municipal. Mas Senhor Presidente, não vamos mais longe, também fiquei admiradíssimo a que o Senhor Presidente da Câmara citasse Francisco de Sá Carneiro e se intitulasse Social-Democrata. Por isso, o Senhor Vereador Aurélio invocar o Sérgio Godinho, não sei onde está o problema, se de um ou de outro.” -

----- O PMAM deu a palavra ao PCM quer disse: “Eu propunha, por uma questão de metodologia, ao Senhor Presidente da Assembleia que começássemos pelo fim, ou quase pelo fim, pela intervenção do deputado Francisco Mano que, no fundo já estava previsto por nós fazermos isso e, está ali o Sr. Dr. Deolindo Correia precisamente para explicar a questão do Tribunal de Contas. Eu propunha ao Senhor Presidente da Assembleia que começássemos por esse ponto e se autorizava que o Dr. Deolindo viesse e tomasse a palavra para explicar aos Senhores deputados o que consta desse documento e de seguida eu diria o que fiz a seguir e depois propunha também, para libertar a Senhora Eng.ª Isabel Quinteiro que ela interviesse para responder a algumas questões que foram colocadas do foro da sua divisão e depois passava eu a fazer as explicações.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “A Assembleia não vê mal nenhum em alterar a ordem e nunca as respostas foram sequenciais. Dr. Deolindo bem-vindo e tem a palavra.” -----

----- Usou da palavra o Dr. Deolindo Correia (Sindico do Município) que disse: “Apresento os meus

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

respeitosos cumprimentos aos Senhores deputados e deputadas municipais na pessoa do Senhor Presidente, cumprimentar também o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores vereadores, os Senhores funcionários que aqui estão e os Senhores dois munícipes que me fizeram companhia no fundo da sala. Muito obrigado pelo convite. Em 13 ou 14 anos é a primeira vez que venho a Assembleia e faço-o com todo o gosto, gostaria de vir noutras circunstâncias muito mais agradáveis do que esta, no entanto é sempre com prazer que aqui estou. -----

----- Penso que foi distribuído aos Deputados Municipais o acórdão proferido pelo Tribunal de Contas. Não sei se tiveram oportunidade de fazer alguma leitura, ainda que sumária, dele. Este acórdão é proferido em Plenário da I Secção do Tribunal de Contas, esgota o recurso ordinário e, como podem verificar, há uma confirmação do acórdão anteriormente proferido. Isto é, foi recusado o visto ao Reequilíbrio Financeiro. Por função e por obrigação, eu tenho que expressar o meu sentido de alcance sobretudo ponderar e pesar as palavras que a seguir vos irei transmitir. -----

----- Este não é um processo ainda concluído. Não é um processo acabado. É um processo extraordinariamente complexo. Tive a oportunidade de falar com alguns colegas, da primeira vez que a questão suscitou, um dos colegas que é deputado municipal aqui presente disse que tínhamos aqui um processo extraordinariamente difícil, não é verdade Oliveira e Sousa? E de facto, isto extravasa as nossas limitações enquanto cidadãos, enquanto Srs. políticos, eu aqui sou apenas técnico, e é nessa qualidade que respondo as questões de mérito e decisão política não me competem, como facilmente percebem, a minha questão é a defesa dos interesses do município, de todos os Srs. deputados e deputadas municipais e em última instância do concelho. Porque a questão de fundo aqui trazida à lide é uma questão que vai, se eventualmente, esta questão, e eu penso que poderá haver notícias positivas ainda se não for rebatida, irá hipotecar o futuro do nosso concelho. E eu quando, há pouco, ouvi os anseios, as preocupações dos Senhores deputados, legítimas e muito bem ponderadas e colocadas, esta questão do Tribunal de Contas cerceia, limita, impede qualquer vontade de desenvolvimento que nós possamos aqui trazer. -----

----- Em concreto, eu dizia-vos há pouco, que o processo não é concluído, é um processo ainda em apreciação. Está concluído, sim o aditamento do que tinha sido feito e uma discussão positiva do contrato inicial. Ou seja, os Senhores tiveram acesso ao acórdão que foi proferido pela primeira secção e verificaram que o pedido dos empréstimos associados ao Reequilíbrio Financeiro de 2012 e o processo desencadeado entre 2012 e 2013, nessa altura, esse processo que tinha sido desencadeado foi recusado o visto. Ele foi em 2015, de alguma forma renegociado, no sentido de melhorar nomeadamente o spread, que inicialmente estava em 5,75% e que foi renegociado para 3,25%, foi também de alguma forma melhorado, em termos de prazo, o pagamento passou de 15 para 20 anos, este melhorado é entre aspas porque os entendimentos microeconómicos são discutíveis e nessa questão também não vou dizer rigorosamente nada, cada um

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## **Sessão Ordinária de 2016, abril, 29**

estabelecerá o seu termo de comparação e fará a sua própria apreciação da questão. E sobretudo uma questão vital que é abordada, se havia ou não novação no contrato. É óbvio que novação de contrato, é um novo contrato, relativamente ao contrato inicial. Nesse acórdão do Tribunal, punham-se aqui algumas questões, nesse acórdão de 17.12.2015. A primeira questão era se o contrato objeto da fiscalização prévia configura uma novação, traduzindo-se na celebração de um novo contrato através do qual foi contraída uma nova obrigação em substituição da obrigação anterior. Outra questão era, qual o regime aplicável ao contrato em apreciação. Outra ainda, aferir da conformidade do mesmo contrato com este regime, se existiam ou não ilegalidades e por fim o acórdão e o dispositivo final se fez, ou não, correta apreciação das questões de facto e adequada interpretação e apreciação da questão de direito. -----

----- Estas eram as questões que foram abordadas no recurso que eu interpus ao Tribunal de Contas e que confirmou a posição dominante, aliás exclusiva do próprio Tribunal de Contas em sede de confirmação da decisão da I Secção. -----

----- Eu digo-vos que fiz uma análise exaustiva dos acórdãos. Quando é concedido visto, para quem não está tão familiarizado com estas questões, não há qualquer acórdão, é só um carimbo que lá é colocado, concede-se visto e é deferido. Quando há indeferimento, é feito um acórdão por três juízes conselheiros do Tribunal de Contas. Para que também fiquem com a ideia, o Tribunal de Contas funciona com seis juízes em cada secção, há a I Secção que é dos vistos, a II e III secção. O primeiro acórdão é proferido por três juízes da secção e o recurso é apreciado pelos outros três juízes da secção. Na maioria esmagadora das questões há confirmação em sede de recurso, das decisões do primeiro acórdão. Aqui também aconteceu. Relativamente ao recurso ordinário não é possível interpor mais nenhum recurso. O Tribunal é auto-suficiente, não há instância que vá decidir do recurso do Tribunal de Contas e, por aí está a situação resolvida. Foram feitas várias diligências no sentido de não deixarmos isto num beco sem saída, como sabem há mecanismos com os quais se podem recorrer a seguir, nomeadamente os do FAM, mas os rácios não o permitem fazer. Neste momento o processo não está encerrado, o Senhor Presidente irá certamente, explicar todas as questões que os Senhores tenham. Estando um recurso sujeito a apreciação do Tribunal de Contas e à sua decisão, não merece a pena fazer extrapolações sobretudo que possam de alguma forma criar constrangimentos ou uma decisão correta do próprio Tribunal de Contas ou dos Senhores Juízes Conselheiros. Obviamente que têm acesso a este tipo de informação, à própria ata. Eu próprio me preocupei em consultar situações idênticas noutras câmaras municipais, Montemor não é caso único há outras câmaras que têm situações muito idênticas e algumas até muito gravosas, os Senhores conhecem isso da comunicação social, e verifiquei um deserto, sobretudo de elementos que pudessem tipificar esta situação e que eu pudesse aproveitar para poder ser mais explícito, para ser mais convincente e sobretudo trazer o *apport* que nós pretendíamos trazer para esta questão. Nesse sentido, penso que percebem a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

minha posição comedida, no entanto nunca recusei nem recusarei prestar esclarecimentos que todos os Senhores deputados municipais entenderem por convenientes e aqui estarei para o efeito.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Gostaria de transmitir aos Senhores deputados que por deliberação minha, e é uma decisão minha que não é alheia à minha formação jurídica. Eu decidi remeter no prazo de trânsito em julgado ao Tribunal de Contas o contrato primitivo. Ou seja, já que eles entendiam que havia novação, eu decidi enquanto jurista e porque não me posso alhear que sou jurista e dos meus conhecimentos técnicos que eles deveriam reapreciar o contrato sem adenda. E com base num argumento muito simples, é de que o mesmo não foi executado e por isso mesmo eu podia remetê-lo novamente dentro do mesmo processo ao Tribunal de Contas. -----

----- É evidente que, tudo isto vai gerar uma discussão no Tribunal de Contas que eu penso que poderá ser profícua e inovadora no próprio Tribunal de Contas. -----

----- Quero dizer ainda, que isto tem de ser entendido com a máxima cautela. Eu ao fazer isto estou a prejudicar o município. Mas não fui eu que o fiz. Foi o Tribunal de Contas que recusou a adenda que viabilizou para o município de Alijó. Igual. E portanto, eu não tenho as amarras do Dr. Deolindo. Eu não concordo com o acórdão porque este acórdão é mais gravoso que o anterior. Nem o spread nos admitem que seja atualizado. Isto é verdadeiramente assombroso. E eu não tenho problemas em o dizer. É evidente que podia dizer mais coisas. -----

----- Na realidade, aquilo que está em causa, neste momento, é que está no Tribunal de Contas para apreciação o contrato anterior sem qualquer adenda. Por isso mesmo, estamos a aguardar que o mesmo Tribunal se pronuncie.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu já aqui disse, e não me canso de repetir, que o Sr. Presidente da Câmara é uma pessoa intelectualmente séria. É inteligente. E nesse princípio fez muito bem em renovar a continuidade dos trabalhos no meu ilustre colega Dr. Deolindo. Porque, também ele é uma pessoa trabalhadora, responsável e muito séria. E isso tiro-lhe o chapéu, Senhor Presidente, em dar continuidade à contratação como síndico desta câmara, o Dr. Deolindo. -----

----- Mas por outro lado, o trabalho incessante, e eu tive oportunidade de dizer, é um processo complicado e muito difícil, foram as palavras que ambos trocamos. Mas não lhe disse tudo, mas aquilo que o Senhor Presidente, também nosso ilustre colega, explicou e que nós percebemos, não é nada da sua responsabilidade porque V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> fez tudo o que esteve e bem nas suas mãos. Claro que aquilo que disse, eu não me esqueço, delimitou, tão só, nas suas alegações. Por isso, o muito que fez, e eu tive o cuidado de as ler, estão bem feitas, estão com profundidade, mas falta-lhe uma base e foi essa base que há pouco o Senhor Presidente da Câmara teve a oportunidade de explicar. Nada mais lhe pode ser exigido, Senhor Dr. Deolindo, nada mais. Acho que todos nós aqui, o devemos respeitar e congratularmo-nos com o seu

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### **Sessão Ordinária de 2016, abril, 29**

trabalho. Não com o resultado, pelas dificuldades que há pouco referi, mas pelo seu trabalho incessante, pela sua dedicação, num curto espaço de tempo, foi um trabalho difícil. -----

----- V<sup>ª</sup> Ex.<sup>ª</sup> fez o seu trabalho de grande profissional do foro e também o Sr. Presidente da Câmara, como político, nós também lhe mostramos a nossa gratidão. Muito obrigado.” -----

----- Pediu a palavra o Francisco Mano (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu apenas venho fazer alguns comentários, não a nível técnico, porque nem sequer vou estar a questionar o que foi feito ou não, porque creio que tudo foi feito pelo melhor e em prol do município. No entanto, tenho algumas questões mais políticas e meramente políticas que têm de ser ditas. É sempre nesse sentido que eu irei falar. -- -----

----- De acordo com a análise que pode ser feita deste acórdão podemos verificar na fundamentação que é proferida pelo Tribunal de Contas que, já à semelhança do que tínhamos falado em anteriores Assembleias Municipais, O Tribunal de Contas várias vezes durante o acórdão refere, que teve um período de carência de 2 anos em que não houve qualquer tipo de resposta nem de feedback da parte da Câmara para este empréstimo financeiro. E claramente, que para além disso, também referem que diversas vezes, pelo que se pode verificar pelo acórdão do Tribunal de Contas, destes 2 anos de carência que eles falam, na página 4, depois mais à frente quando falam, e aí sim das alterações que foram feitas passado dois anos da proposta que foi enviada pela Câmara e depois que já era abrangida por uma nova lei que entretanto tinha entrado em vigor.-----

----- Claramente que demonstra, que desde o início, o que vínhamos a referir, que toda esta situação nada mais têm a ver do que com o incumprimento dos *timings* por parte da Câmara e destes dois anos de carência que teve. Foi a alteração toda que fez ao contrato inicial e que claramente não foi recebido da melhor maneira por este Tribunal e a análise que faz é claramente um novo contrato que está a ser feito e não alterações banais.-----

----- Podemos ver aqui na página 11, no ponto 3, onde realmente dizem que para sustentar a recusa do visto prévio em causa, que foi alterado em Junho de 2015 de forma significativa nomeadamente no valor base, na remuneração, etc. Acho que aqui fica mais do que ciente o que aconteceu e acho que temos de uma vez por todas assumir que as coisas não foram feitas politicamente da forma mais correta. Podia haver uma atitude política muito mais assertiva e muito mais concisa nesta matéria para que as coisas tivessem um final diferente.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Quanto à questão da interpelação do Senhor Deputado Francisco Mano, eu já tive oportunidade de explicar que estas intervenções que misturam argumentos jurídicos, que têm de ser analisados tecnicamente e discutidos por quem sabe e por quem entende a sua dimensão, com questões políticas, são questões pseudo políticas. Vou aqui desmontar algumas questões. -

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

----- A fundamentação do Tribunal de Contas refere várias vezes que houve um período de carência de 2 anos. O Senhor deputado Francisco Mano, sabe porque é que houve um período de carência de 2 anos? Porque o Município de Montemor-o-Velho não tinha fundos disponíveis. Sabe o que é que esteve a fazer? A recuperar 13 milhões de euros negativos de fundos disponíveis, que foram deixados pelo anterior executivo que era liderado pela sua Coligação. E por isso mesmo é que tivemos aqueles 2 anos de carência, não se esqueça nunca disto. É que o anterior executivo, liderado pela Coligação a que você pertence nunca trabalhou com fundos disponíveis nesta casa. Nunca! E nós trabalhamos com fundos disponíveis. E portanto, esses 2 anos tem a ver com isso e só com isso, não tem a ver com mais nada porque a resposta que foi dada, foi dada logo que houve fundos disponíveis, foi um mês depois. E portanto, estivemos a preparar, porque nós dependíamos de um consultor financeiro. -----

----- Quanto à questão das alterações que muito bem, politicamente tenta explorar, não se pode esquecer que o contrato inicial, ou o contrato primário é um contrato que é datado de uma determinada época e que, já nem faço a censura se foi bem ou mal negociado, nem ponho isso em causa, é um contrato que está completamente desajustado à realidade e que tinha de ser adequado à realidade. E por isso, foi alterado o spread e foi alterada a maturidade. Aquilo que se pretende, e aqui digo-o com toda a frontalidade, este executivo quer pagar a dívida. O anterior executivo negociou mas não ia pagar a dívida. E portanto, para eles até podiam ter prolongado a maturidade da dívida, para eles era irrelevante, porque não iam pagar o contrato. Nessa perspetiva não era relevante. Por isso mesmo, eu gostaria de lhe explicar com toda a clareza que as questões técnico-jurídicas não são a causa da recusa de visto. As questões que aí fala e eu não concordo com elas, e tanto não concordo que já foi aqui explicado tecnicamente porque não concordo. Não podemos explorar essas questões jurídicas para fazer arma de arremesso político porque aí tenho que lhe dizer, ou trabalha e luta com conhecimentos jurídicos e então discute comigo ou então não vale a pena discutir isto.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Penso que estamos em condições para libertar o Dr. Deolindo e passarmos então para as outras questões que foram colocadas ao Senhor PCM. E sobre este aspeto eu julgo, muito sinceramente, que esta Assembleia e a Câmara Municipal pretendem naturalmente obter o visto do Tribunal de Contas. Como este processo ainda não está encerrado, cá voltaremos a discuti-lo. Senhor Dr. Deolindo, muito obrigado.” -----

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Ambiente e Obras Municipais, Isabel Quinteiro que disse: “Relativamente às questões suscitadas pelo Senhor deputado municipal Dr. Oliveira e Sousa e que me dizem respeito, nomeadamente o caminho da Urbanização D. Teodora, os serviços fizeram um apuramento da situação que está em discussão e por análise da cartografia militar que se encontra nos serviços, aquilo que se verificou é que não existe nenhum caminho público dentro do terreno da



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

urbanização. Eu penso que todo o terreno da urbanização foi loteado por duas vezes e existe uma parcela sobrança. E de consulta dos dois processos e da cartografia militar verifica-se o seguinte: efetivamente no ortofotomapa existe um calçado dentro desse limite do terreno mas que não aparece na cartografia militar. O que aparece na cartografia militar é um caminho mais a norte e mais a sul, que por coincidência tem a configuração aproximada do terreno do loteamento mas que está mais a norte e mais a sul. Ainda assim, os serviços pediram à Junta de Freguesia que junto dos proprietários confinantes com o alegado caminho, fosse possível obter o registo de propriedade para aferir melhor esta situação. Esses documentos ainda não chegaram e os serviços relativamente a esta matéria, aguardam que eles cheguem para fazer um melhor enquadramento da situação. -----

----- Os documentos estão comigo, se quiserem consultar eles estão disponíveis para consulta, existe um processo nos serviços relativamente a esta matéria porque chegou aos serviços um abaixo-assinado com esta questão e foi analisado. O processo existe e está disponível para consulta, se assim o entenderem.

----- No que diz respeito à questão levantada pela Senhora deputada municipal Cristina Jorge, eu informo que foi preparado um projeto e um processo de concurso para reconstrução de várias PH's no concelho, que são aquedutos, situações daquelas do género do pontão do Casal Raposo e inclui uma série delas. O processo foi para concurso e terminou ontem o prazo de receção da proposta, já temos cá a proposta e está em análise pelo serviços e espero que rapidamente seja adjudicado para resolver a situação, porque os serviços têm feito intervenções mas são mínimas e não resolvem a situação." -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: "Sr.ª Eng.ª, eu ouvi, com toda a atenção, a forma rápida e sucinta o que expressou relativamente a esta urbanização. Mas deixe-me dizer, V.ª Ex.ª e os serviços de fiscalização não fizeram todo o serviço. Eu vou-lhe dizer porquê. É que esse caminho, e o Sr. Presidente da Câmara sabe isto tão bem como eu, que já há 50 anos lá passavam as carroças e os carros de bois tinham aqueles acessos. E a carta militar é preciso saber quando ela foi emitida, em que ano foi emitida, pode não estar atualizada, Sr.ª Eng.ª. É preciso indagar para fazer um serviço sério, concludente nessa perspetiva. Porque esse caminho foi sempre usado pelos proprietários e comproprietários e por todos aqueles que precisavam de se dirigir para os outros terrenos, onde hoje está instalada a Escola. Sempre existiu e sempre foi um caminho dito público, porque os particulares assim o assestariam para um caminho público, era uma serventia. Portanto, há algo que está errado da sua apreciação. E por outro lado, quanto aos pedidos dos documentos, hoje a internet e a própria Câmara tem acessibilidade gratuita a eles, evitamos burocracias para um despacho rápido, conciso e preciso para uma necessidade das crianças que ali vivem e andam quilómetros para ir para a Escola. Essa sim, se V.ª Ex.ª tivesse usado das suas funções estava correta e não está. Peço pois, que junto do Sr. Presidente da Câmara se informe e infira nesta situação para melhor e não burocraticamente despachando para uma situação

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

que nós no momento e no minuto a podemos obter.” -----

----- Pediu a palavra o membro Adelaide Medina (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Não vai ser uma pergunta para a Eng.ª Isabel. Em relação ao que o meu colega acabou de falar, eu também sou de Pereira e vivo precisamente lá e concordo plenamente com a Eng.ª Isabel Quinteiro porque o caminho que existia é o caminho por cima, não o do meio da urbanização que estão a falar. Isso sempre foi um carreiro que toda a gente lá passou, mas que é de privados. Peço desculpa, realmente isso daria muito jeito às crianças, mas na realidade no meio da urbanização nunca existiu um caminho que fosse público. Era só este esclarecimento.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A minha questão tem a ver com a sinalização resultante do acontecimento da A14. Tenho sentido e tenho estado em contacto com muitas pessoas que têm dificuldade em chegar a Montemor-o-Velho. Fizeram-me chegar alguns reparos. Penso que a Câmara Municipal tem interesse nisto.” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Respondo ao Sr. Ricardo Brites, porque não tenho problema nenhum e respondo já. A sinalização é adequada.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Sim, há uma placa que foi rodada, eu também reparei nisso, o Senhor Deputado Ricardo brites tem razão. Mas nitidamente que há ali aquelas “habilidades” de alguns cidadãos.” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Vou tentar responder a todas as questões, como é meu hábito. Deputado Oliveira e Sousa, os alunos tiveram que sair para apanhar os transportes e não puderam assistir ao resto das cerimónias. É evidente que os alunos têm horários para cumprir e quem organiza as cerimónias também deve saber isso. A lei prevê que sejam transportadas em transporte público. Esta é a preferência da lei. Só para as crianças do primeiro ciclo e jardim de infância é que se prevê transportes especiais. O Senhor deputado foi mal informado, eu sei que tem uma boa assessoria, mas foi mal informado. Resolvida essa questão, gostaria de falar de outra coisa. -----

----- Quanto à questão da segurança, não temos nenhuma reclamação, nem nenhum incidente que possa sustentar essa sua dúvida mas agradeço e estamos atentos a isso. -----

----- A questão das negociações do caminho público da urbanização D. Teodora, o promotor está em negociações com a aquisição de um terreno para poder cumprir as obrigações do loteamento. Esta é a última informação que tenho e confesso-lhe que gostaria que se resolvesse a questão dessa forma, porque senão a Câmara nunca mais consegue resolver isto. Se ele conseguir negociar o terreno adquiri-lo para poder cumprir com as obrigações que tem no âmbito legal do loteamento e que eu, enquanto Presidente da Câmara e a Sr.ª Vereadora não prescindimos que sejam cumpridas, não haverá os tais licenciamentos.---

----- Quanto à questão das cegonhas dá-me um certo prazer falar consigo desde a primeira hora.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### **Sessão Ordinária de 2016, abril, 29**

Lembra-se que me telefonou e eu nesse dia estava a fazer o almoço para a família e disse-lhe “*você está a estragar o meu fim-de-semana*” porque depois de lhe explicar que não tinha nada a ver com o assunto e que não tinha culpa nenhuma, você dizia, mas tem de ter culpa porque o Senhor é o Presidente da Câmara. E continua a insistir. Continua a insistir, mas eu lamento, não é uma questão de insensibilidade, Sr. deputado Oliveira e Sousa, sou a pessoa mais amiga da natureza e amante da natureza, toda a gente que me conhece sabe disso. Não vale a pena estar a estender o tapete para que eu me espalhe, porque eu não me vou espalhar. Quero-lhe dizer uma coisa, como juristas que somos, não é o Presidente da Câmara que tem de fazer a queixa. É o deputado que está incomodado que tem de fazer a queixa ao Ministério Público. Sabe porque é que eu não faço a queixa? Eu só faço as queixas que eu acredito que tenham fundamento. Se o deputado está incomodado, se o deputado municipal Oliveira e Sousa está incomodado e acha que é crime deve fazer a queixa. Se quiser eu ajudo-o a fazer a queixa e você assina-a. -----

----- Tente informar-se junto de algumas pessoas entendidas, nomeadamente agricultores do concelho, que também têm amor a esta terra e um amor muito especial à sua terra, para que eles lhes falem das cegonhas. Eu não vou dizer, depois você vai-me dizer na próxima Assembleia. Eles vão-lhe dizer o que se passa com as cegonhas. -----

----- A questão levantada pela Senhora deputada Maria João Sobreiro, do Mercado Municipal. É sabido que nós estamos a fazer um conjunto muito alargado de regulamentos. Temos três juristas e na verdade só temos duas operacionais porque uma tem de estar no Julgado de Paz. São muitos regulamentos como se podem ver pelas atas da Reunião de Câmara, são muitos regulamentos que estão em reapreciação e em reanálise. Segundo o que me dizem este ainda está em elaboração no jurídico para depois se promover o condomínio. Também é verdade que há regulamentos muito sensíveis e que nós demos prioridade e por isso mesmo é natural que alguns demorem mais tempo. Tenha paciência, eu sei que as coisas são lentas, eu próprio gostava que andassem mais rápido. Quero-lhe dar nota que não percebi, mas se calhar foi defeito meu, nós estamos a tentar fazer alguma coisa pelo mercado, as faixas são uma tentativa que estamos a fazer para dinamizar, para que as pessoas saibam que aquilo é o Mercado Municipal. As faixas são nesse sentido, no sentido de tentar estimular. As letras também foi a mesma coisa e penso que estão bem e hoje estão identificadas. A questão dos grafitis é uma operação muito dispendiosa e eu mandei parar um bocadinho porque há outras prioridades, mas quando tivermos disponibilidade eu prometo, porque também tenho o mesmo orgulho de si, de que tem daquele espaço e também acho que devemos limpar aquilo. É uma questão muito dispendiosa, quando quiser também pode ver nos serviços. -----

----- Quanto à questão do aluimento de terras da A14, a informação de que disponho e fui ao local, é que as obras estão a complicar-se e portanto, vão demorar um bocadinho mais que o previsto. Quero-lhe dizer, que não é surpresa para mim, que já sabia desde a primeira hora. Acredito que as coisas se resolvam

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

mais rapidamente do que aquilo que eu pensava da primeira vez que lá fui. É uma operação muito delicada, o tempo não tem ajudado, ou não ajudou inicialmente as obras. Tenho fotografias, se quiser ver, as obras estão a ser feitas com água, ou seja com o nível freático muito elevado e naturalmente que a empresa não conseguia fazer aquele trabalho de uma forma mais célere. -----

----- Quanto ao encerramento da Karapi, eu gostaria de lhe dizer uma coisa em primeiro lugar, tentar que alguma entidade possa receber aquelas pessoas é recebê-las todas ou grande parte delas, é pensar utópico. Quando cheguei à Câmara Municipal no nosso Parque de Negócios havia uma única empresa a laborar. Naturalmente que a crise económica e todo um conjunto de vicissitudes, nomeadamente o atraso do Portugal 2020 são muito responsáveis, para que um concelho que nunca teve uma grande dinâmica industrial e empresarial, estivesse no estado em que está. Nós estamos a tentar inverter, e espero que até ao final do meu mandato, deste mandato em curso, eu tenha uma dinâmica muito diferente do Parque de Negócios. Gostaria de expressar aquilo que já foi feito. Eu estive ausente, mas o Vice-Presidente e todos os Vereadores foram à Karapi, eu próprio também já fui e foram implementadas desde logo medidas muito concretas acionando medidas sociais e todas as medidas de emergência que temos para as pessoas. Neste momento está quase concluída a identificação de todas as trabalhadoras e trabalhadores, toda a sua situação para ser analisada do ponto de vista dos serviços sociais para se acionarem as medidas de emergência que sejam necessárias para colmatar as necessidades que tenham. Quero expressar que essas pessoas, com base nas notícias que hoje tive, vão ter direito a subsídio de desemprego, naturalmente, mas o subsídio de desemprego pode não ser suficiente e por isso mesmo, já estamos na retaguarda e como foi referenciado até pela própria dirigente sindical, nós fazemos mais do que as outras câmaras, porque também há trabalhadores de outras câmaras. O que nos foi solicitado é que estendêssemos o nosso trabalho mesmo às trabalhadoras de outros municípios e nós estamos a remeter para esses municípios. Por isso mesmo, nada mais podemos fazer, é uma correção que quero fazer ao deputado Ricardo Brites, eu não disse que não podia fazer nada, nós estamos a fazer o que é possível fazer na Câmara. Não podemos é interferir na gestão de uma entidade privada, na situação de uma entidade privada. -----

----- Ontem fui visitar as trabalhadoras e de imediato solicitei ao comandante da GNR um reforço de policiamento na zona, porque fui sensível ao argumento das trabalhadoras, por forma a que não haja fuga de todo o equipamento, porque é possível, eu pedi que o policiamento fosse reforçado e que fossem identificadas as pessoas que estivessem lá depois da fábrica encerrar. Naturalmente que, isso é um direito que assiste aos trabalhadores. Que sejam identificadas as pessoas que estão a retirar as coisas. Não percebo qual é a indignação. Fiz o que me pareceu ser correto, como você com certeza faria se estivesse no meu lugar. -----

----- Quanto à questão da deputada Adelaide Medina, a quem desejo as rápidas melhoras, eu aproveito

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

para responder à questão. Tanto, eu como o Senhor Vereador Jorge Camarneiro, temos sido extremamente assertivos e muito focados na Sr.<sup>a</sup> Diretora do Centro de Saúde, porquanto nós temos manifestado a nossa indignação, a nossa apreensão quanto a um conjunto de coisas muito alargado que tem acontecido. Em particular, o Senhor Jorge Camarneiro tem acompanhado este processo muito de perto e eu não nego isso. Aquilo que podemos fazer, fazemos. -----

----- Quanto à questão das instalações, gostaria que me sugerisse uma instalação da Câmara Municipal que não tenha sido alienada por o anterior executivo ou pelo anterior Presidente de Câmara. Porque, efetivamente, em Pereira, foi tudo entregue. Se eu tivesse alguma, ou se tiver alguma, ou se me descobrir alguma que seja da Câmara eu terei todo o gosto em disponibilizar para que se possa lá instalar a Extensão de Saúde. -----

----- Em abono da verdade, eu não escondo nada. O Senhor Presidente da Junta e eu temos falado sobre este assunto e falamos no sentido de encontrar uma solução. Mas é importante que, e aqui também estendo a questão à questão de Santo Varão, as pessoas têm que se desenganar. Tem que fazer opções muito claras. Eu não estou a dizer que deve ficar em Pereira ou em Santo Varão, as pessoas de Pereira e de Santo Varão têm que se entender porque vai abrir uma Unidade de Saúde Unifamiliar na Granja com condições excelentes e tenho a certeza absoluta que as pessoas anónimas vão para onde são bem atendidas. E um dia destes deixam de ter a Extensão de Saúde em Pereira e Extensão de Saúde em Santo Varão, por causa do bairrismo. Eu só alerta para isto e, gostaria muito que as pessoas fossem sensíveis a este argumento. Tenho a certeza que as pessoas vão para onde são bem atendidas. Quero-vos dizer que quem tem assistência em unidades de saúde familiares recebe chamadas a lembrar a consulta, no dia anterior e no próprio dia. As mordomias são totais. O atendimento é de excelente qualidade. Vejam bem o que estão a pensar fazer se continuam com os bairrismos um dia deste vão ter problemas, e, portanto, eu só estou a alertar. -----

----- A questão da estrada do rio. Eu vou transmitir o louvor a quem lá faz as tais milagrosas reparações. Porque eu sei quem é. Não é verdade? Mas perceba que este Robin dos Bosques amigo dos pobres, é um Robin dos Bosques bondoso. Mas não pode ser descoberto porque depois o rei dá cabo dele. -----

----- Quanto à questão da pista de remo, as movimentações de terras. Eu vou-lhe explicar o que está ali em causa. Há aqui uma primeira nota, este Executivo não cancelou, este Executivo não tinha qualquer capacidade de executar, não foi por vontade, não foi porque acordei e me apeteceu cancelar a obra e arrumar com a obra, não tinha qualquer condição de a executar. As movimentações de terra, vou-lhe explicar e até se vai rir. Sabia que os terrenos estavam expropriados e pagos às pessoas/proprietários e eles continuavam a abusivamente a cultivá-los? Eu dei indicações para que de uma vez por todas fosse integrado no património municipal aquele património que estava pago já pelo anterior executivo, e outro

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

que era dívida e já foi pago por este executivo. Mas está pago. E por isso mesmo, para que não houvesse mais aquela pretensão de se alargar, mudamos a vala. Ou seja, avançamos a vala para a frente e agora temos uma vala a impedir que os agricultores avancem para o terreno municipal. É isso que está a ser feito.

----- Também lhe quero dizer que iremos continuar a regularizar aquele espaço para que se possa passar de um lado para o outro. Não em alcatrão, não temos essas condições e há outras prioridades e enquanto as houver no concelho, não podemos lá fazer a passagem em alcatrão, mas um dia destes vai poder lá passar ainda que seja em exercício físico ou de bicicleta ou de outra forma. -----

----- Quanto ao encerramento da escola, como sabe é algo que, e eu quero aqui destacar o trabalho excelente do Presidente da Junta. Ela já não encerrou o ano passado e isso deve-se ao Senhor Presidente da Junta e às pessoas, ao envolvimento da população que ele fez. Um trabalho verdadeiramente notável, mas este ano já não foi possível. É evidente que nem eu, nem a vereadora conseguimos fazer nada e isto é notório. Acho que há coisas muito importantes que podem acontecer em Santo Varão. Mas vamos ver, o futuro o dirá. Aquele espaço da fábrica, ver se reanima, há várias coisas que podiam acontecer em Santo Varão. -----

----- Quanto à questão do Conselho Municipal, deputado Francisco Mano, esses regulamentos estão a ser elaborados e penso que alguns até já estão prontos para agendamento em Reunião de Câmara. O de Desporto e da Juventude estão. A justificação é a mesma, há um conjunto muito alargado de regulamentos e alguns têm prioridade porque se prendem com questões legais e nós damos prioridade às juristas no sentido de que se possa adequar a dinâmica e os procedimentos da câmara à legalidade. -----

----- Quanto à questão da Dr. Albertina Jorge, medidas da Karapi, já expliquei. -----

----- Luís Madaleno, a linha de comboio. É verdade que se fala que podia ser requalificada. Quanto à fibra ótica é para esquecer. O Sr. Presidente da Junta já passou por isso. Os Srs. das Infraestruturas de Portugal são muito ciosos das suas fibras óticas e aquilo é uma coisa tremenda. Para eles é sagrado. Mas acho uma boa ideia e eu posso fazer um pedido para ver se isso é possível. Mas acho que eles a continuam a utilizar. -----

----- Quanto à requalificação da estrada das freguesias, já lhe respondi a esta questão. Já lhe pedi que me dissesse qual era a forma que eu tinha para fazer a estrada. Mas há uma coisa que lhe vou dizer. Vão acontecer obras. Mas há uma coisa que vai acontecer, é que vamos alargar as obras a todas as freguesias. Já houve freguesias beneficiadas no ano anterior e agora este ano vão ser beneficiadas outras. Por uma questão de repartição igual para todas. É assim que eu trabalho e é assim que me sinto bem. Porque houve freguesias e bem que me disseram que não apareceram obras de recuperação de estradas no boletim municipal da nossa freguesia. E eu quero que eles no final deste ano, quando aparecer novo boletim municipal não possam dizer isso. Acho que é um direito que eles têm também. O Luís Madaleno também

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

estará de acordo comigo. Vai haver requalificação na Carapinheira, na Ereira e em Tentúgal. -----

----- Em relação ao que disse o deputado Ricardo Brites, a Câmara Municipal também devia ter iniciativas. O Sr. Presidente da Assembleia respondeu e bem, a Assembleia não tem capacidade executiva. Quem executou fomos nós e foi assim que nós nos entendemos quanto ao 25 de abril. E por isso mesmo, eu gostaria de dizer que me senti muito confortável e acho que foi um grande e excelente desempenho, por parte da Comissão Permanente, que se reuniu e do Presidente da Assembleia, da Elisa e do empenhamento que tiveram. Eu acho que para o ano podemos ser um bocadinho melhores. Acho que eles fizeram o possível e nós podemos agradecer. Da parte do Presidente da Câmara e do Executivo estará a disponibilidade total para executarmos aquilo que nos pedirem para que seja executado. -----

----- Iniciativas paralelas e concorrenciais é que não me parece que seja muito correto em função do que decidimos. -----

----- Quanto à questão do Parque de Campismo, eu queria primeiro esclarecer uma coisa ao deputado Ricardo Brites. Não há Parque de Campismo em Montemor. Nunca houve. Há um Parque de Merendas. E portanto, não havendo um Parque de Campismo, nem havendo uma ideia concreta e específica para fazer um Parque de Campismo aquilo que queremos fazer é a manutenção do mesmo espaço. Está em curso uma ARU ou seja, a planificação de uma ARU, da frente ribeirinha que vai contemplar o arranjo daquele espaço. Está a ser trabalhado nessa ARU o que pretendemos fazer nesse espaço e que esperamos que seja do agrado de todos. É isso que estou disponível para fazer. Não um Parque de Campismo avulso, uma medida avulsa, mas sim um projeto integrado de regeneração urbana. -----

----- Quanto à questão da Karapi, já fiz questão de dizer que eu nunca disse e fui eu que falei, que não havia nada a fazer. Nós já fizemos.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de passarmos ao outro ponto vou conceder a palavra ao Deputado Oliveira e Sousa, mas pedia-lhe para que seja breve antes de passarmos ao outro ponto da Ordem de Trabalhos.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Senhor Presidente não respondeu a todas as questões que lhe foram colocadas. O Movimento Independente de Cidadania colocou apenas uma questão como pecador em relação à sua missiva enviada a todos os municípios. Fizemos uma proposta para se redimir desse pecado mortal. Gostaríamos de saber a acusação de V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> tem sobre o mesmo.” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Vou responder de uma forma muito sucinta e até peço desculpa ao Sr. deputado Oliveira e Sousa porque tinha intenções de responder. E se calhar fez bem em me lembrar. Eu mandei essa carta para que pessoas com a sua retórica não adulterassem o assunto. Porque eu fiquei muito orgulhoso do que disse. É que não disse que o que eu lá disse na carta e que foi assinada por mim era mentira. É verdade. E por isso mesmo aquela carta tem uma intenção clara e nítida. Explicar às

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## **Sessão Ordinária de 2016, abril, 29**

peessoas o que aconteceu, cara a cara, eu dei a cara, não de uma forma angelical como diz, mas para evitar que pessoas com a sua retórica possam adulterar ou alterar o sentido dos factos.” -----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro.** -----

----- Usou da palavra o PAM que disse: “Antes de encerrarmos o ponto 2, da nossa ordem de trabalhos que é a apreciação da informação escrita, eu pergunto se alguém quer acrescentar alguma coisa relativamente a este ponto.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Sobre a informação escrita aos Senhores Deputados Municipais, o Movimento Independente de Cidadania por Amor a Esta Terra expressa a sua surpresa por tão memorável documento. Senhor Presidente, é preciso dizer que com tamanho Staff de apoio ao seu gabinete, não é aceitável a sua informação escrita que continue desfasada temporalmente registando-se um hiato e o fim da dita informação escrita e a data da reunião, são dois meses, situação muito recorrente. Pedia-lhe que procedesse a informação com tal disparidade temporal.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu aqui secundo o Sr. Presidente da Câmara que me disse que não tinha nada que responder, no que se refere à data.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Staff do Sr. Presidente da Câmara responde a essa informação escrita tem dois meses que não diz nada. Estamos em abril, há um espaço de 2 meses, uma informação de uma Assembleia Municipal que se quer informada de tudo o que se passou e ela não está informada em dois meses passados. Será possível? É essa resposta que o Sr. Presidente se quiser responder que responda mas se está cansado deixe-o estar, que ele é uma pessoa cansada, trabalhou muito e se calhar ainda não almoçou hoje. O problema que se levanta é esse. Com o staff que tem é inadmissível, chegarmos ao dia 29 de abril e temos um desfasamento temporal de 2 meses de informação. É esse o meu reparo.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “ É porque a informação é mesmo assim. Vai receber destes dois meses na próxima Assembleia Municipal. Por isso é que se prolonga o Ponto 1, recebemos da Assembleia Municipal relativamente ao período anterior. É uma questão formal dos serviços e por isso é que o Ponto 1 é prolongado administrativamente porque no Ponto 2 já discutimos as coisas na Assembleia anterior que estão nesta informação. Compreendo a sua intervenção mas essa informação vai ser recebida na próxima Assembleia. -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 3. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem**



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

**de compromissos plurianuais assumidos.** -----

----- O PMAM disse: “É apenas uma tomada de conhecimento. O deputado Oliveira e Sousa pode intervir.”-----

----- Usou da palavra o deputado Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Sr. Presidente, não estou a pedir favor nenhum. Repare, é que, efetivamente, o que V<sup>ª</sup> Ex.<sup>ª</sup> ordenou na sua Ordem de Trabalhos e as informações que obteve para informar e de numerar esta Ordem de Trabalhos, é para todos os deputados municipais se debruçarem sobre os elementos e com seriedade e com trabalho se pronunciarem sobre estes elementos. Ora, efetivamente, eu não estou aqui a fazer frete nem espero que V<sup>ª</sup> Ex.<sup>ª</sup> me esteja a fazer o frete de me dar a palavra. Certo? É isso! -----

----- O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra suscita ao Sr. Presidente da Câmara que elucide os membros da Assembleia Municipal sobre o teor deste ponto. O qual vai para além do seu mandato. Nomeadamente, qual o tipo de contrato em pertinência do mesmo, quais as vantagens face ao anterior contrato que são serviços idênticos.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “ Sr. deputado Oliveira e Sousa, parece que por minha culpa a pergunta não foi entendida. Não se importa de repetir, para que eu não a transmita e a possa adular.”

----- Usou da palavra o deputado Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Com certeza, Sr. Presidente. Pedimos ao Sr. Presidente da Câmara que elucide os membros desta Assembleia sobre o teor deste ponto, o qual vai para além do seu mandato, nomeadamente qual o tipo de contrato, pertinência do mesmo, quais as vantagens face ao anterior contrato de prestação de serviços idêntico.”-----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara que disse: “Sr. Presidente, pedia autorização para o Sr. Chefe de Divisão se pronunciar sobre este ponto.”-----

----- Usou da palavra o Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Miguel Felgueiras que disse: “ Relativamente a este contrato, com a revolução tecnológica que tem sido efetuada na Autarquia, nomeadamente com os novos serviços de gestão documental e de serviços de internet, verificou-se que o nosso sistema de apoio, a internet já não obedecia aos requisitos da nova tecnologia que tem sido adquirida, nomeadamente na candidatura do SAMA, do Balcão Único. -----

----- Foi preciso renegociar com as empresas um novo contrato de comunicações. Este contrato de comunicações da NOS, inclui a rede fixa, telefones fixos, rede móvel e internet. São os três serviços que estão contemplados no contrato. -----

----- Este contrato surge no procedimento de consulta, ou seja, consultamos as empresas maiores no mercado, nomeadamente a Vodafone, a NOS, a MEO, fizemos uma consulta e convidamos a apresentar uma proposta e a proposta da NOS foi a mais baixa, nesse seguimento foi efetuado o novo contrato. O porquê de vir a Assembleia Municipal? Tão simples como isto: nós conhecemos dos nossos contratos

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## **Sessão Ordinária de 2016, abril, 29**

particulares que estas empresas não trabalham com contratos inferiores a 24 meses, sendo assim, sendo um contrato de 24 meses, tem um carácter plurianual, ou seja ultrapassa o ano civil e por isso vem aqui à Assembleia Municipal.” -----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 4. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Listagem de isenções e/ou reduções de taxas.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Também vos foi enviado a listagem com as quatro isenções de taxas. Há alguma questão adicional de pedido de palavra? -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Antes de me dedicar ao ponto nº 4 eu queria só fazer uma questão prévia em relação à postura do Senhor Presidente de Câmara que quando se referiu à intervenção do deputado Francisco Mano sobre ser ela em si uma pseudo intervenção, eu devo dizer ao Senhor Presidente da Câmara que mais uma vez, deve aceitar as opiniões diferentes nesta Assembleia, destes deputados municipais, porque este é um órgão político e aqui devem ser todas as intervenções gravadas porque nós somos eleitos para expressar as opiniões políticas das situações deste concelho e portanto se o Senhor deputado Francisco faz qualquer tipo de intervenção que não seja desprimorosa da sua pessoa a nível pessoal e a nível político, o Senhor terá de as aceitar. E as nossas intervenções não são pseudo intervenções, porque nós também poderíamos dizer o mesmo do Sr. e não o dizemos. E também deve do mesmo modo quando se referiu à intervenção do Senhor deputado Francisco, quando disse que não deve interpretar questões jurídicas com questões políticas, volto a dizer-lhe que este órgão é um órgão político e ele aqui dá a sua opinião dentro daquilo que politicamente lhe parece ser o correto. E devo dizer também que esta questão das intervenções não serem gravadas, não é politicamente correto, também. Porque isto é um órgão onde devem todas as questões, independentemente de terem a ver com visto do Tribunal de Contas ou com outras situações devem ser gravadas, porque é isso que os nossos munícipes nos exigem. É o cumprimento das nossas funções. Esta é a minha honesta opinião sobre esta matéria. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “A senhora deputada Maria João Sobreiro tem direito a usar da palavra e eu dou-lhe essa liberdade quando quiser e entender. Mas permita que façamos aqui uma interrupção antes de passar à sua questão antes do ponto para que fechemos isto de uma vez. O senhor Presidente da Câmara tem a palavra.” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Senhora deputada Maria João Sobreiro, eu por norma tenho por hábito discutir as coisas com elevação e olhos nos olhos. Quero-lhe dizer que há uma coisa que não gosto que faça, em particular a Senhora, é que adultere aquilo que eu digo. Em particular a Senhora, eu

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## **Sessão Ordinária de 2016, abril, 29**

vou-lhe dizer, eu disse intervenção pseudopolítica. Ou seja, o que eu quis dizer é que não era uma intervenção política. Porque, e depois expliquei, aquilo que expliquei foi que mistura argumentos jurídicos ou conceitos jurídicos para fazer política. E eu acho isso errado. E por isso é que classifiquei como tal. É tão simples isto. E mais, pseudo não é ofensivo. É um conceito que eu dei com toda a clareza. Eu sei que isso incomoda e por isso utilizei. E digo com toda a honestidade, olhos nos olhos, eu utilizei a expressão porque sei que incomoda. E faço-o intencionalmente, mas não lhe dá o direito a si de adulterar, de manipular, estou a dizer devagarinho para que perceba, aquilo que eu digo para depois me atacar. Muito obrigado.” ---

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “É a sua opinião, Sr. Presidente.-----

----- Neste ponto da ordem do dia, nesta tomada de conhecimento apenas a bancada da Coligação pretende chamar a atenção que nesta matéria o Município atribui isenção total de taxas a estas entidades tendo em conta que algumas delas até fazem parte ou derivam do tecido associativo do Concelho. Esta isenção, no momento em que estamos, fará todo o sentido. Uma vez que este Município também reduziu abruptamente os apoios a estas entidades acaba por nesta situação, em particular, dar um pequeno contributo para a dinamização das festas populares no Concelho.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Eu gosto muito de ser pragmático. Eu nunca ouvi a deputada Maria João Sobreiro a dizer o mesmo ao antigo Presidente da Câmara. Eu acho que todas as conversas e todas as intervenções devem ser gravadas desde que o interveniente assim o entenda. Também não sou adepto da não gravação como deve calcular, mas entendo a posição do Dr. Deolindo, quis esclarecer algumas coisas com ele, off the record, se calhar não o devia ter feito aqui, devia ter feito noutra local, lá fora ou pedir para falar com ele. Agora, não posso aceitar que aqui alguém se venha insurgir quando isto era prática recorrente no passado. E não estou com isto a defender o Senhor Presidente da Câmara nem este Executivo, muito pelo contrário. Isto era prática recorrente no passado e nunca vi ninguém insurgir-se contra isso.” -----

----- Usou da palavra a PMAM que disse: “Garantidamente, porque o Dr. Deolindo explicou as circunstâncias e sendo assim, como perceberam, essa crítica que fizeram não a fizeram ao Senhor Presidente da Câmara. Fizeram-na a mim. Porque sou eu que dirijo os trabalhos. E portanto, eu naturalmente percebi essa questão e não foi o Senhor Presidente da Câmara que enfiou a carapuça, sou eu quem a enfia e, portanto, assumo. Não vale a pena digladiarem-se com quem não devem sobre esse assunto concreto. Sou eu quem dirige a Assembleia e, nesse ponto de vista, essa carapuça, eu enfio-a. -----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **5.Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal do Relatório Anual sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Ano de 2015.** -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### **Sessão Ordinária de 2016, abril, 29**

----- O Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Sr. Presidente da Câmara, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, da leitura atenta que fez do documento de apoio a este ponto, não pode deixar de reter a seguinte informação dada pelo auditor interno que passamos a ler: “... *no entanto, quantitativamente o resultados gerados não se mostram ainda os suficientes para compensar anos consecutivos de desvios verificados, pressionando a capacidade do município em reduzir substancialmente a dívida de longo prazo.*” Esta é a citação do auditor interno. -----

----- A pergunta que se impõe é a seguinte: apesar dos aumentos dos impostos, taxas e outras contribuições, justifica-se esta afirmação? Estará o Executivo Municipal a desenvolver todas as medidas tendentes a reduzir a dívida a longo prazo? A constatação dada pelo auditor interno que pesa nos cofres do Município não é semelhante à já apresentada pela auditoria externa realizada? -----

----- Senhor Presidente há uma sobreposição de custos. Vª Ex.ª pretende ser tão rigoroso com a redução dos custos, essa sobreposição justifica-se? Esta é a questão!” -----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Antes de mais, tenho que fazer uma breve referência, e peço desculpa por isso, porque há bocado estava em discussão uma intervenção que tinha feito e o meu nome estava em causa e por isso tenho que apenas dizer que antes de começar a minha pseudo-intervenção, como lhe queiram chamar, para mim é indiferente, apenas dizer ao Senhor Presidente da Câmara que pode continuar...” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Nós podemos parar a Assembleia se o Senhor quiser, se a deputada Maria João também o entender ou de quem quiser, porque o Senhor Presidente da Câmara disse uma intervenção pseudopolítica, nunca falou em pseudo-intervenção. E na Assembleia que eu dirijo não há pseudo-intervenções. Há intervenções!” -----

----- Usou da palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Senhor Presidente da Assembleia, peço desculpa, mas tenho que dizer que respeito plenamente essa sua posição. No entanto, tenho de dizer que se as coisas têm de ser levadas com alguma ética e alguma circunstância, temos todos de fazer o mesmo e não apenas alguns e outros sujeitarem-se a que os trabalhos sejam conduzidos dessa maneira. Espero que as coisas continuem dessa maneira e não entremos noutra tipo de situações. -----

----- Referindo-me concretamente ao ponto 5, do Plano de Saneamento Financeiro apenas queria tecer alguns comentários e referir que este relatório que nos foi apresentado está, tecnicamente, bem conseguido e perceptível e, quanto a isso nada a opor. No entanto, tenho de referir mais uma vez, que claramente, ficam visíveis algumas opções políticas do Executivo e do seu *modus operandi* nos últimos anos. -- -----

----- Fica notório tal como foi referido pelo meu colega deputado Oliveira e Sousa, que este aumento de

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

receita significativa se deve em primeira instância à carga fiscal aplicada sobre os munícipes, como todos sabemos. E por conseguinte, depreendíamos nós que iria existir, comparativamente à parte da despesa, uma diminuição clara dessa despesa, coisa que não se veio a perspetivar com este aumento da receita que verificámos. Aliás, como também já foi aqui referido, é admitido no próprio relatório que nenhum dos valores perspetivados se coaduna com o que na realidade se veio a verificar. Ficamos assim, com a clara certeza de que existem outras prioridades para este executivo que não são estas. Mais uma vez pode-se verificar em algumas justificações que o passado é uma referência, como já foi dito, para justificar alguma falta de estratégia e de visão claramente tão assentes, em vez de estarem a pensar e projetar o nosso concelho, para ser um concelho com mais futuro e de maneira a oferecer uma melhor qualidade aos nossos munícipes.-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Não tenho mais pedidos de intervenção. Não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer acrescentar alguma coisa relativamente à questão colocada pelo Senhor deputado Oliveira e Sousa. Eu percebi que foi uma questão política. Vou passar ao ponto 6 da Ordem de Trabalhos, porque esta é uma questão da Assembleia, política e não entendi assim a pergunta do deputado Oliveira e Sousa e portanto peço desculpa desta discordância, mas vamos passar ao ponto 6, porquanto o ponto 5, se houvesse alguma questão não era relatado, julgo que interpretei bem. Portanto passamos então ao ponto 6 da Ordem de Trabalhos.” -----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **6.Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da Aprovação de Proposta de Toponímia.**-----

----- Não havendo nenhuma intervenção passamos ao ponto 7. -----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **7.Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da Prestação de Contas referente ao ano de 2015 – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico.** -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Sr. Presidente, mantemo-nos calmos que a vida é curta. -----

----- Desculpe esta parábola. -----

----- Não compreendo esta Associação de Municípios com Centro Histórico. Qual é o investimento que esta Associação já fez no Concelho de Montemor-o-Velho? Justifica-se a nossa integração? Quais são as vantagens que traz ao Concelho de Montemor-o-Velho? Gostaria que o Senhor Presidente prestasse este esclarecimento. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Relativamente a esta questão, eu dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara mas julgo que o município é associado.” -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## **Sessão Ordinária de 2016, abril, 29**

----- O PMAM deu a palavra o PCM que disse: “Não foi este Município que se associou a esta Associação. Eu fui a algumas reuniões e entendi que havia interesse porque no futuro, no quadro de financiamentos comunitários esta entidade pode eventualmente ser útil para a canalização e para a justificação e fundamentação de alguns fundos comunitários, não é uma Associação exuberante, é discreta. De qualquer forma não tenho motivos para rescindir a situação de associado do Município, não há motivos para isso, por enquanto.” -----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais do Município de Montemor-o-Velho.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “ Passamos, então ao nosso Ponto 8 da Ordem de Trabalhos, que é um Ponto realmente relevante uma vez que tem a ver com um proposta do Executivo Municipal para uma proposta de alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais do Município de Montemor-o-Velho e que nós temos que aprovar ou não.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania por Amor a Esta Terra, refere que o presente ponto da Ordem de Trabalhos desta reunião não fornece uma explicação clara, concisa e fundamentada, nomeadamente na resolução de constrangimentos provocados por deficiências do modelo em vigor já alterado em Assembleias anteriores. À falta de melhor planificação das situações em causa, o Movimento Independente de Cidadania por Amor a Esta Terra abstêm-se na votação deste ponto aguardando porém as explicações do Sr. Presidente.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Neste ponto da Ordem de Trabalhos a bancada da Coligação após ter analisado a documentação apresentada quer dizer que esta alteração ao regulamento, na nossa vertente, não está corretamente fundamentada, pois todas as razões ou motivações que apresentam para as alterações mais relevantes acabam na substância por serem justificadas por motivos que são basicamente a persecução dos objetivos de qualquer entidade pública ao serviço do cidadão. Desse modo não se vislumbra qual é realmente o motivo desta alteração ao Regulamento da organização dos serviços municipais, contudo parece-nos ser semelhante ao que existia no anterior executivo, parece que nem tudo foi mal feito. Porém, acreditamos que seja esta alteração introduzida, que vá no sentido de uma maior simplificação dos procedimentos administrativos e uma maior eficiência administrativa e essa decisão cabe ao executivo, pois são vossas excelências, conforme a estratégia que pretendem seguir, devem ajustar ao corpo de funcionários desta casa da maneira que aos vossos olhos vos seja mais viável à melhor concretização e ao serviço prestado aos munícipes. O voto desta bancada vai ser no sentido da abstenção.” -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

----- Pede a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A nossa posição tem sido de não interferir nas questões relacionadas com a estrutura orgânica e do mapa de pessoal da Autarquia. É da responsabilidade do Executivo de organizar e estruturar o pessoal e toda a estrutura orgânica do município de acordo com as suas pretensões técnicas e políticas, contudo entendemos que este é um modelo que está em vigor e que já foi alterado pelo menos 2 vezes e, consideramos que alguma coisa não está a correr da melhor maneira e daí o nosso sentido de voto que será a abstenção.” -----

----- Pede a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Muito rapidamente, compete ao Executivo, aliás, estamos todos de acordo, e há bocadinho falou-se que isto é uma máquina, um comboio que está a andar e quando vamos a olhar já partiu, quem está dentro dele tem de ver como ele funciona. Há a reestruturação dos serviços, há o Balcão Único do Cidadão, há toda uma nova dinâmica dentro da própria Câmara que obriga necessariamente a ajustes e a que o funcionamento da própria Câmara tem de ser agilizado ou adequado à nova realidade, sempre no intuito de melhor servir os munícipes e o município. Acreditamos sinceramente que se está a ser feito é porque na prática se viu que havia a necessidade desta reformulação. Pelo que nos apraz saber, até respeita o orçamento dos recursos humanos, portanto não vai onerar a câmara em nada e, por isso, logicamente nada teremos a opor. Até acrescento mais, a mim pessoalmente, nem sequer me repugna que antes do final do mandato ou noutra altura qualquer, às vezes tenha de ser alterado porque na prática é preciso muitas vezes fazer ajustes, chega-se à conclusão que poderá não ser um modelo mais ágil aquele que melhor se adequa às necessidades do momento que também face às novas tecnologias e às necessidades do próprio município estão sempre a alterar e precisamente por isso iremos votar favoravelmente.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu não vou alongar-me muito nisto. Aliás, como deputado e como Vereador sempre me abstive nisto porque mantive esta posição que era o Executivo que devia organizar. Mas há uma perspetiva que me deixa preocupado com algumas pessoas. O modelo de recursos humanos, da Estrutura Orgânica tem de ser um modelo dinâmico. Numa gestão moderna, eficaz e eficiente, tem de ter esta noção. Eu quero-vos confessar uma coisa que se calhar vai já assolar aí uma data de espíritos, eu já estou a pensar na próxima. E ainda hoje, fui aos recursos humanos, discutir duas situações, eu não tenho vergonha nenhuma de dizer isto, duas situações, dois operadores de máquinas que naturalmente eu vou ter que alterar o quadro outra vez. Há uma coisa que vos quero dizer, a Dr.ª Albertina tocou no ponto sério, o que estamos a fazer não implica aumento da despesa com os recursos humanos e quero-vos dizer que é um verdadeiro trabalho minucioso feito pelos recursos humanos, pelos serviços, para que isto possa estar assim. -----

----- Dr.ª Maria João, comparar isto com o executivo anterior, é comparar o Porto com Lisboa. É comparar o Benfica com o Sporting. Para amenizar a coisa. E digo com esta descontração porque tem que

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

Ihe fazer contas. Faça contas ao número de chefes de divisão, faça contas ao número de chefias intermédias e vai ver que não pode comparar o Porto com Lisboa, não pode comparar o Benfica com o Sporting.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Julgo que estamos em condições de votar a proposta do Executivo Municipal da Alteração Ao Regulamento e Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais do Município de Montemor-o-Velho e nessa perspetiva pergunto quem vota contra, quem se abstém.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	----- Abstenção-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	----- A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	----- Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	----- Abstenção-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Paulo José Soares Coutinho-----	----- Abstenção-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	----- A Favor-----
----- Francisco Faria de Paiva Batista-----	----- Abstenção-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- Abstenção-----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	----- Abstenção-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	----- Abstenção-----



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	Abstenção-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	Abstenção-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
<b>----- 9.Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Montemor-o-Velho, face à nova Estrutura Orgânica. -----</b>	
----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Senhor Presidente, só para dizer que este ponto vem no seguimento do anterior e portanto o sentido de voto da Coligação vai ser a abstenção, novamente.”-----	
----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Não vejo mais nenhum pedido de palavra, penso que estamos em condições de votar este ponto.”-----	
----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	Abstenção-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	Abstenção-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Paulo José Soares Coutinho-----	Abstenção-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

----- Maria da Graça Valente dos Reis----- A Favor-----  
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- Abstencção-----  
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----  
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----  
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----  
 ----- Paulo Jorge Pinto Rama----- Abstencção-----  
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----  
 ----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa----- A Favor-----  
 ----- Paulo Jorge Neves Correia----- Abstencção-----  
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----  
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----  
 ----- António Correia Pardal Bispo----- Abstencção-----  
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

### ----- **10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, os Documentos de Prestação de Contas 2015.--**

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Temos, então os documentos de Prestação de Contas para discutir e aprovar ou reprovar os documentos da Prestação de Contas relativamente a 2015 do Executivo Municipal.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Em relação a este ponto em discussão, o Movimento Independente de Cidadania por Amor a Esta Terra, presta a seguinte informação: Dado o brutal aumento de impostos e taxas registado em 2015, IMI, Derrama, Taxa de Saneamento, Taxa de Resíduos Sólidos, aumento das Tarifas de Água que conferiram, inevitavelmente, ao aumento das receitas do Município. -----

----- Considerando que as despesas com pessoal e órgãos de soberania e aquisição de bens e serviços, alguns dos quais supérfluos, para época de crise em que vive o município. -----

----- Considerando o esforço financeiro a que foram votados todos os munícipes, para salvaguardar a sobrevivência financeira da Autarquia, não representa um valor positivo de grande monta, inferior a 2 milhões de euros. -----

----- O Movimento Independente de Cidadania vota contra a Prestação de Contas 2015, reforçando a nossa posição com o discurso assumido na Sessão Solene das Comemorações do 25 de abril, da Constituição do Poder Local, o qual passamos uma vez mais a transmitir. -----

----- *O poder em torno de um castelo ou edifício, determinou a vida de cada um de nós tem.* -----

----- *E o que verdadeiramente temos nós?* -----

----- *Um concelho que apesar de ter sido grande na época dos castelos, decaiu com o poder democrático,*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

*sendo suplantado por outros vizinhos, que apresentam indicadores de desenvolvimento e de satisfação social superiores aos que apresenta. Imaginem que até algumas crianças perderam os transportes escolares no nosso concelho. Mas a pista de remo continua a sugar três quartas partes dos nossos impostos, sem resultado evidente para o nosso concelho. Afinal, somos um concelho rico ou pobre?-----*

*----- Um concelho onde o desemprego flagela uma grande parte da população, nomeadamente os mais jovens que se veem na eminência de emigrar. -----*

*----- Um concelho que, embora litoral, perde população, ano após ano, uma vez que faltam as grandes obras sociais de apoio à instalação de novas famílias. -----*

*----- Um concelho que, orgulhosamente rural, vê os trabalhadores da terra, ano após ano, sofrer as imposições e opressões de quem nada valoriza as riquezas que o Vale do Mondego produz. -----*

*----- Um concelho que, não garante obras estruturais de suporte ao crescimento e ao desenvolvimento concelhio. -----*

*----- Um concelho que, esmifra os seus cidadãos com impostos, que ano após ano, aumentam substancialmente, sem que para o efeito, se vejam as contrapartidas sociais dessas contribuições. -----*

*----- Minhas Senhoras e meus senhores, lembrando o ilustre poeta da nossa terra, Afonso Duarte, é preciso dizer: -----*

*----- “Onde nasceu o Fernão Mendes Pinto?-----*

*----- Jorge de Montemor onde nasceu?-----*

*----- A mesma terra, o mesmo céu que eu pinto, -----*

*----- Castelo Velho, o que foi deles é meu.” -----*

*----- Mas Afonso Duarte foi mais profundo que além do mais disse: -----*

*----- “Não pronuncio nomes detestáveis-----*

*----- E dou com eles às vezes nos jornais;-----*

*----- E nem sequer lhes chamo miseráveis-----*

*----- E foram-no de mais.”-----*

*----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “De acordo com este documento que nos foi apresentado, mais uma vez, tal como já aqui foi referido, vimos que existe uma clara falta de estratégia e de visão para o que são os verdadeiros pilares deste Executivo. Verifica-se que não há pensamento estratégico, que por um lado e em primeira instância, permita defender os seus munícipes e em segunda que seja atrativo para acolher novos cidadãos, novas empresas, etc. -----*

*----- Já uma vez tinha referido isto, ao Senhor Presidente da Câmara e volto a dizer que ele iria ficar reconhecido pela quantidade de taxas que aplicava aos seus munícipes e mais uma vez aqui temos o espelho dessas situações, nomeadamente refiro algumas delas. Começamos pela receita, na página 13,*

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

verificamos que uma das maiores receitas são os impostos diretos, destacamos a parte do IMI e da Derrama. Não vou especificar os valores porque isto já foi mais que batalhado, apenas refiro a parte dos impostos indiretos, salientar a parte do Saneamento e uma outra rubrica que diz "Outros" onde está um valor considerável que não faço ideia do que se possa tratar. Gostaria que pudesse ser esclarecido nessa matéria. -----

----- Seguindo nessa página, podemos verificar mais abaixo, mais uma rubrica onde fala das Taxas, Multas e outras Penalidades, a considerar. Se formos seguindo para a página seguinte existe uma rubrica onde também gostava de ter alguns esclarecimentos nesta matéria, que diz respeito ao Rendimento de Propriedade, que tinham aqui umas previsões, corrigidas, de cerca de 5 milhões que depois nas receitas líquidas verifica-se três mil cento e qualquer coisa, gostava que me explicasse um pouco melhor esta matéria. -----

----- Na parte de Venda de Bens e Outros Serviços Correntes, podemos destacar a parte da rubrica que tem a maior receita que se verifica que vai diretamente contra o bolso dos nossos munícipes e que já foi aqui muitas vezes referida que é a água e o aumento que se verificou dela nos últimos tempos. Por outro lado e se formos continuando, verificamos também, que na rubrica onde fala da participação comunitária em projetos cofinanciados, etc., verificamos que esta rubrica ficou um bocadinho aquém daquilo que se poderia fazer ou perspetivar. Acho que há aqui uma falta de aproveitamento de certas matérias. -----

----- Passando para a parte da despesa e, como já temos vindo a referir várias vezes, temos a afirmar que existem muitas despesas de elevado valor que podemos dizer que se podem considerar supérfluas. O que demonstra que afinal a preocupação do Executivo não é assim tanta como tenta transparecer. Aqui fica espelhado que se formos comparar com anos anteriores podemos destacar o quadro de crescimento que essas rubricas têm tido e como várias vezes eu já aqui referi em Assembleias Municipais, nomeadamente, permita-me destacar aqui quatro delas. Uma delas a nível pessoal e de órgãos políticos, a parte da comunicação e a parte da limpeza e higiene, que se formos comparar de há 4 anos para cá vimos que há um crescimento brutal destas despesas. A questão que se coloca é que será que não seria preferível investir em apoios em associações ou até mesmo às juntas de freguesia, em vez de ter este tipo de gastos. No meu entender julgo que estas sugestões poderiam ser contempladas mas, no entanto, claramente que isso fica a cargo do Executivo. -----

----- Em termos conclusivos dizer também que tal como foi referido no parecer do auditor externo que consta deste documento, que de acordo com a informação que chegou ao conhecimento... esperemos que talvez tenha ou talvez não tenha alguma isenção de instruções que possam afetar esta conformidade dos valores demonstrados de acordo com os princípios contabilísticos. -----

----- Penso que nesta pequena e rápida exposição fica espelhado que mais uma vez o sentido e a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

responsabilidade e a falta de orientação de que realmente espelha o atual Executivo, nomeadamente, neste caso, através do Senhor Presidente da Câmara. Continuo na esperança de estar enganado, que esta não é a forma mais correta de ver as coisas e que, até de acordo com o Senhor Presidente da Câmara tentou transparecer na última Sessão Solene do 25 de abril, que possamos concluir e que ele possa concluir a nível pessoal que talvez seja a sua sabedoria e o seu conhecimento que esteja a um alcance de uma estratégia ou uma visão que muitas pessoas como eu, não temos essa capacidade de alcançar.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Não vou fazer uma análise técnica deste documento, nem pouco mais ou menos, aliás se há alguma coisa que eu acho que aprendi ao longo destes, já vários anos é que os Documentos da Prestação de Contas e o Orçamento são, possivelmente, os documentos mais políticos da vida de um Executivo. Estamos perante um documento técnico que, até agora ninguém disse eu não estou abalizada para afirmar, que acredito que está feito de acordo com a lei, que é uma coisa que acho que é sempre importante, sabermos que estamos a aprovar ou desaprovar uma coisa que está tecnicamente bem feita e que vai para o Tribunal de Contas, vai para as entidades que têm de ir de forma legal e correta de ser feita e, por outro lado, mais não faz do que espelhar uma coisa que até tomei nota, que achei interessante para este ponto, que são as opções do Executivo e o seu modus operandi, foram expressões que foram utilizadas aqui hoje e não foram por mim. Refletem o orçamento às opções que foram tomadas políticas, técnicas por parte do Executivo, em muitas deliberações que foram sentidas tanto pela Câmara como pelo Executivo e que às vezes até são tomadas por unanimidade, para cada caso concreto.-----

----- Sem fazer análises técnicas que não me revejo com competência para as fazer, mas até me socorrendo também da monitorização porque estão relacionadas, a verdade é que tanto quanto me apraz verificar, os resultados operacionais, resultados líquidos até são positivos com uma diminuição do passivo, que acho que é muito importante aliás, fica evidenciado que o passivo sofreu uma redução acentuada. E isso, ao contrário do que ouvi dizer, acho que tem muito a ver também com uma continuação da diminuição dos gastos por parte deste Executivo.-----

----- Se gasta mais em festas, se gasta mais na imagem, se gasta mais em obras é uma questão de opção política de cada um em cada momento. Efetivamente, nota-se claramente que no ano de 2015 acaba por haver uma boa execução orçamental, acho que basta olhar para verificar e que se não fosse o desequilíbrio financeiro os resultados até seriam muito mais positivos.-----

----- E por isso, é claro que vamos votar favoravelmente este ponto esperando que a Câmara e o Executivo continue na senda do desenvolvimento, do progresso e da contenção de despesas que tem vindo a acontecer até agora.”-----

----- Pediu a palavra o membro deputado Ricardo Brites (CDU) que disse: “Relativamente a este ponto

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

temos a apresentar a seguinte declaração escrita: -----

----- *“Tal como a CDU tem vindo a afirmar a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho nas pessoas dos representantes da maioria socialista insistem em manter uma enorme opacidade relativamente à vida e contas do Município. -----*

----- *Durante o ano, com a exceção de propostas concretas que carecem de votação específica e individual do Executivo Camarário ou da Assembleia Municipal, não são prestadas informações regulares de como vai decorrendo o exercício Municipal seja no que se refere a obras e projetos, seja no que toca a execução orçamental quer da despesa, quer da receita. Somos obrigados a esperar pelo relatório de contas, de atividades para em três ou quatro dias absorver 500 páginas de números e informações nem sempre fáceis ou devidamente transparentes, o que não é a melhor demonstração de abertura e colaboração institucionais por parte da maioria. -----*

----- *Tão grave como isso é o secretismo sobre as modificações orçamentais que são realizadas com recurso a alterações orçamentais da competência do Executivo delegadas em 23 de Outubro de 2013 no Presidente da Câmara. -----*

----- *Não aceitamos que não seja apresentada informação detalhada ao Executivo em cada reunião de Câmara, em cada Assembleia Municipal sobre cada alteração que a maioria entende promover, afinal o Presidente aprova as ditas alterações em nome do Executivo por autorização deste, sendo o seu mínimo dever informar sobre o que faz, nomeadamente a Assembleia Municipal. -----*

----- *Relativamente às contas que nos são apresentadas elas refletem as opções que foram sendo tomadas pela maioria agravando impostos diretos e o custo dos serviços prestados à população, assim como a incapacidade de fazer aprovar as propostas do Reequilíbrio Financeiro e PAEL que tinham sido elaboradas e apresentadas com o parecer nada barato de diversos técnicos e especialistas em particular o consultor externo que acompanhou todo o processo desde o início em 2012. -----*

----- *No final do ano fomos confrontados com a aprovação apenas parcial do PAEL que reduziu o montante orçamentado em cerca de 300 mil euros e mesmo assim congelando uma parte com o pretexto do IMI não estar na taxa máxima. O que contraria grosseiramente a posição defendida e revogada durante anos pelo consultor externo e a evolução da respetiva receita que as contas demonstram. -----*

----- *Pior do que isso, foi o Município confrontado com a recusa do visto do Tribunal de Contas ao Plano do Reequilíbrio Financeiro, está a criar uma situação extremamente grave para o nosso concelho e a pôr em causa todas as projeções e expectativas de funcionamento camarário para os próximos anos. -----*

----- *Finalmente, analisando a atividade escrita neste relatório confrontamo-nos com a mera transcrição de obras e projetos herdados da Câmara anterior cujo Quadro Comunitário terminou no ano em apreço, nada mais de relevante com a exceção da criação de um serviço profissionalizado e dotado de importantes*

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

*meios técnicos de Proteção Civil possa ser detetado. E mesmo neste caso, podemos nós questionar se esta é a melhor opção para o referido serviço. Referimo-nos à criação da réplica dos Bombeiros sapadores municipais ou se não seria mais correto e económico financiar o desenvolvimento das mesmas respostas no âmbito do que já existia nos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho. -----*

*----- Tudo o resto são meras funções correntes do Município que se repetem de ano para ano com maior ou menor empenhamento, mas sem acrescentarem qualquer dinâmica significativa de desenvolvimento. ---*

*----- Posto isto, o nosso voto político só pode ser o que corresponde às posições que temos vindo a assumir e às divergências que se têm aprofundado, ou seja, não pondo em causa a veracidade e correspondência dos números com a realidade do ano de 2015, não podemos deixar de manifestar que os mesmos ficaram muito aquém do que estava previsto no Plano e Orçamento para 2015 o que não nos deixa outra saída do que votar contra o presente Relatório de Prestação de Contas relativamente ao exercício de 2015.” -----*

*----- O PMAM deu a palavra ao Presidente da Câmara que disse: “Havendo um pedido de esclarecimento, solicito que use da palavra o Senhor Chefe de Divisão.”-----*

*----- O PMAM deu a palavra ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Miguel Felgueiras que disse: “Só fazer um ponto de ordem, porque enquanto Chefe de Divisão Financeira, não posso deixar de ter orgulho na equipa que fez estes documentos que aqui estão. São cerca de 500 páginas, 30 mil palavras que aqui estão. Podem estar seguros que temos uma das contas mais transparentes do país. Raramente se vê e posso dizer-vos que fiz uma análise exaustiva, tecnicamente tudo o que é possível, todos os mapas que são possíveis apresentar, colocamos aqui nesta prestação de contas e satisfaz-me perceber que não houve nenhum reparo ao carácter técnico deste documento. Em meu nome, gostaria de agradecer em especial ao Cristiano, ao Leonel e ao Rui Cavaleiro que estiveram aqui muitos sábados a trabalhar, fora de horas para termos conseguido este documento, uma vez que este início de ano, como sabem, foi complicado com estas questões da DGAL e do Reequilíbrio Financeiro. Perdoem-me este elogio à minha equipa mas tinha de o fazer. -----*

*----- Relativamente às questões técnicas, não de mérito, que eu possa responder, Senhor deputado Francisco Mano colocou aqui três ou quatro questões que me parece que possa responder. -----*

*----- Relativamente à receita, os Rendimentos de Propriedade, estava previsto um valor de cerca de 5 milhões de euros, se se recordar no ano passado ainda pusemos na receita, e foi aqui explicado a questão da concessão da água, ou seja, no orçamento anterior, porque não era possível equilibrar o orçamento e, se recordará que ficaram na mesma os 5 milhões de euros que já vinham do anterior Executivo. Essa receita foi contemplada. Como também se recordarão neste orçamento que foi entretanto aprovado essa receita já não está lá. Anteriormente foi preciso pô-la para equilibrar o orçamento. Daí a execução zero, porque a*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

concessão dos serviços de água não avançou. -----

----- Relativamente aos Projetos Cofinanciados, tem razão. Em termos de receita não executamos aquilo que queríamos e tem uma explicação muito simples. As obras foram concluídas e nem sempre, vocês poderão dizer, que quer o POVT quer todas as entidades não disponibilizam o dinheiro, ou não nos transferem as verbas com a rapidez e a celeridade que nós queríamos. Para vos dar um exemplo, hoje recebemos um ofício a dizer que iam entrar 700 mil euros do POVT, dos projetos do ano passado, se esses 700 mil euros tivessem entrado em Dezembro e não agora tão tardiamente este número seria completamente diferente. Portanto, não ficamos aquém do executado, o que há é um grande atraso nos pagamentos, como é do vosso conhecimento, de retribuição do que temos a receber dos cofinanciamentos. Temos mais de 1 milhão e meio de euros para receber, portanto vejam a dimensão do dinheiro que ainda está em Lisboa. Deve-se a esse problema de tesouraria. O dinheiro está lá, ainda não está é cá deste lado. -----

----- Da receita, penso que foram as duas questões que colocou. -----

----- Relativamente à despesa, colocou a questão da Limpeza e Higiene, que os valores tinham aumentado nos últimos anos. Posso-lhe dizer que nesta rubrica, penso que estará a falar da 02.01.04 ou na de Serviços, penso que será na de Serviços porque a outra é de Bens, aquisição de detergentes, etc. essa rubrica tem um valor elevado, mas aqui são faturados os encargos com a ERSUC, ou seja o tratamento, a recolha que era com a SUMA, a única novidade que há aqui são os edifícios municipais. Como sabem desde há um ano e meio que nós não temos trabalhadores para efetuar a limpeza dos edifícios municipais, a única hipótese que tivemos foi recorrer a uma empresa externa, em termos de despesa foi a única despesa nova que existe na questão da limpeza e higiene. Todos os restantes custos, também aqui a Câmara nada pode fazer. Os contratos da ERSUC e da SUMA estão em vigor, nós temos que pagar aquilo que está estipulado no contrato. O que pode acontecer é que se houver mais recolha num mês ou outro, o contrato é variável, o contrato tanto pode aumentar como diminuir. Felizmente os valores que estão em apreciação para os próximos concursos, penso que virão já para baixo, a bem do Município. -----

----- Outra questão também, penso que a última que tecnicamente posso responder, são as Despesas com Pessoal. Não avalio a questão de mérito, dos dirigentes e dos chefes de gabinete, mas nas Despesas com Pessoal temos aqui um dado importante. As nossas despesas, quando falamos em despesa orçamental o que pagamos, nós pagamos menos 85 mil euros, ou seja diminuimos a despesa, isto é muito bom porque dá alguma margem ao Município que se sair da situação desequilibrada poder contratar alguém. Em termos com custos com pessoal, na ótica patrimonial, a diminuição ainda foi maior porque foi cerca de 130 mil euros. -----

----- Na rubrica completa as Despesas de Pessoal, que abarca todas as despesas com os trabalhadores,



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

abonos, etc, as nossas despesas diminuiram, ainda que no ano passado já tenha sido devolvido alguma retribuição aos funcionários públicos. Não sei se tecnicamente há alguma outra questão que tenha deixado de responder, mas penso que terei respondido a tudo, Senhor deputado.” -----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Só houve aqui uma que passou ou fui eu que não me apercebi, na parte da Receita quando falou na questão dos impostos indiretos, tem uma rubrica de Publicidade, Saneamento e Outros, se poderia justificar o que cai aqui na rubrica Outros.” -----

----- Usou da palavra o Chefe de Divisão, Miguel Felgueiras que disse: “Posso-lhe dizer daqui a pouco, porque tenho que ir ver as guias de receita todas que caem aí. É que de cabeça não consigo. Posso ver e responder-lhe daqui a momentos. Se não se importar.” -----

----- Usou da palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “É só mais uma questão técnica, porque claramente que ficou bastante acima das previsões que tinham contemplado. Por isso era só por uma questão técnica.” -----

----- Usou da palavra o Chefe de Divisão, Miguel Felgueiras que disse: “ Depois posso dar-lhe essa informação.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- Contra -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- Contra -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	----- Contra -----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- Contra -----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	----- Contra -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	----- Contra -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Paulo José Soares Coutinho-----	----- Contra -----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- Contra -----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	----- A Favor-----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

----- Maria João Batista Sobreiro -----Contra -----  
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----  
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----  
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----  
 ----- Paulo Jorge Pinto Rama----- Abstenção-----  
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----  
 ----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa----- A Favor-----  
 ----- Paulo Jorge Neves Correia----- Contra -----  
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----  
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----  
 ----- António Correia Pardal Bispo----- Abstenção-----

----- **Declaração de voto da Bancada da Coligação Mais por Montemor:** -----

----- *“Após a difícil análise dos documentos de Prestação de Contas devido à enorme quantidade de informação disponibilizada e o reduzido tempo para análise da mesma, entende esta bancada que passado mais de metade do mandato do atual Executivo teremos de apresentar as razões de discordância da forma como este Município está a ser gerido. Tendo em conta que o Município de Montemor tem vindo a arrecadar receitas correntes, verificando-se o aumento considerável em relação a anos anteriores, notando-se que em 2015 o aumento foi superior a 7%, tal como uma evolução positiva do exercício das receitas de capital face a 2014, no entanto tais evidências deveram-se sobretudo ao aumento de impostos indiretos e diretos, nomeadamente aumento da receita de impostos diretos pagos pelos munícipes IMI e Derrama, subida das taxas de saneamento e de resíduos sólidos, aumento do preço da água. Assim o crescimento das receitas ficou a dever-se sobretudo à brutal carga de impostos sobre os munícipes. -----*

----- *Em 2013 a dívida desceu cerca de 2 543 591,00 euros e em 2014 desceu 2 182 019,00 euros mas no entanto em 2015 não chegou aos 2 milhões o que parece uma contradição total pois se a receita aumenta a dívida deveria descer, o que não se está a verificar. Assim a Bancada da Coligação não poderá compactuar com esta forma de gerir o Município e por isso votou contra. Continuaremos a afirmar que o futuro tem que ser compatibilizado com outros cenários, outras estratégias, outras políticas, para isso é preciso saber, saber fazer e saber estar, o que ainda não foi verificado por nós na apresentação das referidas contas.”-----*

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 2ª Revisão Orçamental – 2016.**-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Relativamente a este ponto, tratando-se da incorporação do saldo da conta de gerência, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, vota contra este ponto, uma vez que o mesmo retrata uma opção do Presidente da Câmara e da

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

maioria que o sustenta, não tendo os demais membros concelhios, nomeadamente da Assembleia Municipal, tido a oportunidade de expressar a sua opinião. Continuamos a reivindicar a falta de orçamento participativo capaz de vincular as vontades e desejos de todos os eleitos municipais.” -----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Mais uma vez quero referir que apesar da minha formação ser económica, eu adoro sempre falar nas engenharias financeiras e gosto quando elas me aparecem à frente. Mais uma vez continuamos a verificar algumas situações destas. Percebi pelo documento que pude analisar que há uma transição de verbas, que transitam do resultado para a parte da receita e da despesa, no entanto gostaria que me esclarecessem onde é que efetivamente depois entra essa despesa, onde é que realmente as coisas vão ser gastas e se realmente isto tudo é necessário, esse tipo de gastos nestas matérias. Sinceramente não sei se será o mais adequado ou não, mas gostava que me esclarecessem nesse sentido. E se são estas as qualidades que o Executivo tem para alocar este valor que vem para a parte da receita e respetiva despesa.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “A minha primeira intervenção e as minhas primeiras questões são muito simples. Eu acho que, e falo por mim, o Executivo está a tentar baralhar um bocadinho a Assembleia Municipal com a informação que nos envia e os documentos que nos entrega. Há um documento e um ponto da 2ª Revisão Orçamental que foi discutido na Reunião do Executivo, depois há a velha questão, que já aqui levantei na outra Assembleia Municipal, sobre o documento da DGAL que surge sobre o que são Revisões, sobre o que são Alterações e ainda estamos para perceber porque ainda não nos explicaram na última Assembleia se o que estamos a discutir, se é revisão com as alterações que o Senhor Presidente com competências para o fazer, se é isso que estamos a fazer, se não é, por isso eu pretendia que me esclarecesse, porque ainda estamos para perceber se de facto há competências ou não para fazer essas alterações ou revisões. É tudo muito confuso e pouca informação aos membros desta Assembleia sobre isso.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “ É certo que, apesar da resposta ser recorrente, esta questão é da competência desta Assembleia, que são as Revisões. As Alterações e a forma como a Câmara decidiu quem as executava são da Câmara, nós somos órgãos distintos e temos competência para aprovar, reprovamos as revisões. As alterações são do foro da Câmara Municipal onde a CDU tem representantes e julgo que devem colocar essas questões.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “São questões técnicas e pedia que fosse o Dr. Miguel Felgueiras a explicar.” -----

----- Há aqui uma coisa que o deputado Ricardo Brites também tem de fazer. É falar com o Senhor Vereador Jorge Camarneiro porque ele escreveu para a DGAL e questionou a DGAL sobre isto. E ele recebeu resposta passado dois dias. Penso que ele devia ter transmitido ao Senhor Ricardo Brites a resposta que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

recebeu da DGAL. Mas de qualquer maneira eu peço ao Dr. Miguel que explique isto porque pode ser uma questão tão hermética que as pessoas não entendam. Eu não tenho vontade nenhuma de fazer o que quer que seja contra a vontade democrática das pessoas. Eu faço segundo as indicações da DGAL. Aquilo que fiz foi segundo as indicações da DGAL e gostaria que o Sr. Dr. Miguel Felgueiras explicasse essa situação, também, ao Senhor deputado Ricardo Brites.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Tenho todo o privilégio de dizer que todas as reuniões que são aqui apresentadas são debatidas, são esclarecidas, todos os pontos são analisados pelos eleitos, pelos não eleitos, pelos independentes, pelos comunistas, por quem quer que seja que esteja com a CDU. A CDU prepara as suas reuniões, tem um programa político, vem aqui para discutir políticas, por isso tudo o que vem aqui apresentar eu apenas transmito aquilo que um grupo alargado de pessoas participa para o melhor desempenho que eu possa ter aqui nestas assembleias. Por isso não tenha dúvidas disso Senhor Presidente, porque o meu partido não se esgota na minha pessoa. -----

----- Outra coisa que eu queria, aqui, colocar, já que fala que tem competências para algumas coisas porque é que vem a Assembleia a informação sobre outras coisas que o Senhor também, lhe foram delegadas competências e porque é que tem de transmitir a Assembleia umas e não tem que ser transmitidas outras. No mínimo quando delego competências a alguém para decidir o quer que seja, no mínimo tem que nos informar, seja aqui, seja no executivo municipal e essas questões os Senhores nunca responderam, nem aqui, nem no Executivo Municipal. E outra coisa que queria acrescentar que aquilo que nós recebemos da DGAL, e tomei conhecimento da resposta que veio da DGAL é que o Senhor Presidente pode fazer alterações desde que o empréstimo seja legalmente constituído. E tendo o visto recusado do Tribunal de Contas, ele está legalmente constituído?-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhor deputado a questão mantém-se e não lhe quero repetir isso, a Assembleia Municipal nunca delegou nada no Senhor Presidente da Câmara mas admito as suas perguntas e a minha intenção há pouco foi que há órgãos onde as questões devem ser discutidas porque têm a competência para aprovar. De qualquer maneira o Dr. Miguel Felgueiras fará o favor de responder às questões que foram colocadas, de ordem técnica e esta também o é e certamente também vai responder a ela.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao Chefe de Divisão, Miguel Felgueiras que disse: “Vou responder primeiro ao Senhor deputado Francisco Mano. Relativamente a esta revisão que trazemos aqui, peço que recordem um pouco a minha última intervenção sobre a revisão, onde tinha dito que mais tarde teríamos que trazer aqui uma revisão por causa dos projetos comunitários e que vamos fazer as candidaturas. É isso que está aqui. Não há nenhuma engenharia financeira. Poderá ser no bom sentido, que as pessoas associam engenharia financeira e nem sempre é mau. Por acaso não era prática nesta Câmara, nós incorporarmos o

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## **Sessão Ordinária de 2016, abril, 29**

saldo de gerência. Curiosamente, a maior parte das Autarquias fazem-no e a própria CCDRC o ano passado nos questionou porque é que no ano passado não tínhamos feito a incorporação do saldo de gerência. Este ano resolvemos dar sequência ao conselho da CCDRC e fazermos a incorporação do saldo de gerência que tem que ser sempre feito pela revisão orçamental e vou voltar a dizer o que disse na última Assembleia, parece que não ficou claro para algumas pessoas e até fico um bocado desgostoso que tenha visto o meu nome do facebook atirado “sem pejo nem amejo”, como se diz na minha terra. Devo dizer o seguinte: da minha parte nunca escondi nada ao órgão executivo devo-lhe dizer, Senhor Ricardo Brites que reuni com o Sr. Vereador Aurélio Rocha, que está ali e não me deixa mentir, e com o Sr. Vereador Jorge Camarneiro para dar todas as explicações necessárias sobre a revisão orçamental que tinha sido feita. Aliás, o Senhor Vereador Jorge Camarneiro, tem um e-mail da Sr.ª Diretora da DGAL, que não se digna responder ao Presidente da Câmara, mas respondeu ao Sr. Vereador, a verdade seja dita, a explicar que a revisão orçamental foi feita e que está corretamente feita. O engraçado é isso. A própria Diretora diz que está feita e está bem feita. É isso que diz o e-mail, eu depois posso distribuí-lo se o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara assim concordarem, pelas restantes bancadas que não tiveram acesso, penso que o Senhor Vereador Aurélio Rocha tinha uma dúvida também e depois viu que do ponto de vista legal é intocável a revisão orçamental que fizemos anteriormente. -----

----- Esta revisão orçamental tem o mesmo pressuposto, estando nós no contrato de PAEL, somos obrigados a solicitar apreciação técnica à DGAL sob qualquer revisão orçamental que venhamos a fazer. Foi o que fizemos. Fizemos o mesmo procedimento que fizemos na última revisão. Aliás, a própria DGAL reconhece que é a forma expedita. Levamos ao Executivo Municipal a revisão mas condicionado a que este parecer viesse atempadamente. Ainda bem que veio, foi distribuído logo no dia seguinte a nos ter chegado, como podem ver deste parecer, do ponto de vista legal não há nenhum impedimento a que seja feita esta revisão. É evidente que eles alertam sempre para a questão do equilíbrio, para a questão da execução, para não desviarmos, isso faz parte. -----

----- Respondendo também, ao deputado Francisco Mano, incorporamos o saldo de gerência e fomos aproveitar esse valor, um milhão cento e tal, e colocámos no nosso PPI, porque são tudo rubricas de capital, os projetos que a câmara pretende levar a cabo em sede de candidatura projetos comunitários. Sem esta incorporação não podíamos concorrer a projetos nenhuns porque não tínhamos saldo para fazer isto. Perguntou para que servia esta incorporação de saldo. Os mapas complicados que são estes onde diz GOP, pode ver todos os projetos em que a Câmara tem intenção de fazer candidaturas sob o mérito, porque é que são uns e não são outros, permita-me mas não posso responder. Está aqui claro, os projetos onde este dinheiro vai ser aplicado, tecnicamente é o que posso dizer. -----

----- Ao deputado Ricardo Brites, volto a responder a mesma coisa, todas as alterações orçamentais são

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

da competência, que foi delegada pela câmara no Senhor Presidente da Câmara. As alterações são feitas por despacho do Senhor Presidente da Câmara e são publicadas de imediato na página de Internet do município. Não há nenhuma falta de transparência, basta clicar no link e aparecem lá todas as alterações orçamentais no dia a seguir a que são publicadas. Não há falta nenhuma de transparência. É discutível se devia ir a reunião de Câmara ou não, mas isso eu não posso dizer, mas falta de transparência não existe, estão lá no site, toda a gente as pode consultar. -----

----- Relativamente à revisão orçamental que me falou da questão do empréstimo do visto. Vem aqui também nesta, eles também alertam para a questão do visto e do recurso. Porque é que alertam nesta segunda revisão e falam do visto do reequilíbrio financeiro? Porque houve um Senhor Vereador que foi alertar a DGAL que o visto tinha sido recusado. Foi isto que aconteceu, portanto vem aqui o reparo, a Câmara não informou a DGAL até agora da recusa do visto, como já foi explicado aqui pelo Dr. Deolindo e do Sr. Presidente de Câmara, nós entendemos que ainda não está concluído o processo do visto, é esse o nosso entendimento jurídico. Não há aqui nada para escondido, se esse visto tiver que transitar em julgado e fosse assim, nós não estávamos aqui a fazer esta revisão, nem fazíamos esta, nem fazíamos mais nenhuma. Penso que tecnicamente não posso responder a mais nada. É tudo legal. É a única coisa que tenho a dizer. -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Se é tudo legal ou não, iremos saber. Relativamente à questão de fazer as publicações no site da Câmara, para quem usa e abusa da palavra de transparência, de comigo não é nada escondido, damos a informação toda; acha que publicar no site impede de dar conhecimento nas reuniões do Executivo, de competências que até lhe foram delegadas, mas será que não tem a competência de informar os que alterou? Então, se damos competências para tomar certas decisões, quando as toma no mínimo tem de informar quem as delegou. Penso eu que assim seria a maior transparência. Seria maior a transparência. E, continuamos a defender que deve vir a esta Assembleia um orçamento retificativo alterado. Que eu saiba, ainda não consegui descobrir que tenha vindo aos deputados municipais o orçamento com as alterações com os vinte e tal milhões que foram feitos pelo Senhor Presidente com as competências que lhe foram delegadas. Que me lembre, eu não consegui ver aqui essas alterações. Porque tem de fazer revisões sobre um orçamento que eu não sei qual é! Parece que tenho de ir ver ao site da Câmara, para saber o que é que foi alterado e esses documentos das alterações até nós termos conhecimento deles pelos documentos que nos chegam pela DGAL. Agora, não me digam e volto a frisar que as competências do Senhor Presidente para fazer as alterações continuo a dizer que um dos pontos que veio da DGAL é que só quando o empréstimo é legalmente aprovado. E se o empréstimo não foi legalmente aprovado continuamos a defender que não devia haver alterações nestes montantes feitas pelo Senhor Presidente sem dar conhecimento ao executivo, sem ser discutido no

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

executivo e sem ser apresentado nesta Assembleia para aprovação ou /e para discussão.-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhor Deputado Ricardo Brites e Srs. deputados municipais, a discussão que está aqui a decorrer é uma discussão interessante fora do órgão próprio em que deve ser feita. E porquê? Porque quando me apercebi da primeira revisão onde algumas destas questões, que o Sr. deputado Ricardo Brites, reclama como competência nossa, evidentemente que eu fui consultar e, como sabem consulto muito para além dos serviços da câmara. E a questão foi clara. Porque é da competência desta Assembleia, as revisões e todas as revisões têm vindo aqui e, têm sido aprovadas, pela maioria, mas não é essa a questão. A questão das alterações são do foro da Câmara Municipal, Vereadores da Câmara Municipal que delegaram no Senhor Presidente da Câmara essa competência. A questão que se coloca aqui, é que esta questão, desculpe-me Senhor deputado Ricardo Brites, por isso eu disse aquela questão inicial, se o Senhor Presidente informa a Câmara, se a Câmara pede informação, eu julgo que este órgão, pode o Senhor deputado requerer e está no seu direito, de requerer todas as alterações que foram feitas pelo Senhor Presidente da Câmara. Temos competência para as julgar politicamente mas, para alterar ou para notificar ou para notificar a competência que foi delegada no Sr. Presidente da Câmara, não é competência desta Assembleia. Senhor deputado Ricardo Brites, esta é a questão com que eu me debati e quando vi a primeira revisão e vi as alterações que tinham sido feitas e me disseram fora desta Câmara, noutros fóruns, como sabem que costumo consultar, que esta Assembleia que aqui está reunida não tinha competência para julgar as alterações que a Câmara entender fazer no Orçamento que foi aprovado.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, eu já percebi e sempre percebi que é competência desta Assembleia debater as revisões e aprovar as revisões. O que eu não acho democrático e ético, é que, em nome da transparência não se tenha, eu não posso fazer uma revisão do orçamento que eu não conheço, que foi alterado. Se inicialmente tivemos um orçamento, se houve alterações por competências do Senhor Presidente da Câmara, não acha no mínimo ético que esse orçamento alterado fosse dado conhecimento a esta Assembleia?” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu não quero discutir a ética e a moral aqui neste fórum da Assembleia Municipal. Estou a restringir-me às competências. Das competências que nós temos, e uma vez que não há mais nenhuma inscrição, íamos passar à votação do ponto nº 11.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- Contra-----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Contra -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	Contra -----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	Contra -----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	Contra -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	Contra -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Paulo José Soares Coutinho-----	Contra -----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Contra -----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	Contra -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	Abstenção-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de redução/isenção das taxas urbanísticas – licenciamento para ampliação e requalificação de unidade hoteleira, a requerimento de IT – Comércio Internacional, SA para a Rua Combatentes da Grande Guerra, 15 – Montemor-o-Velho. -----**

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Por conflito de interesses eu peço para sair durante a votação deste ponto.” O PMAM permitiu ao Senhor Deputado Ricardo Brites que se ausentasse antes de prosseguir a discussão. -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Em relação a este ponto da Ordem de Trabalhos, que já têm vindo a ser recorrentes algumas situações deste tipo, mais uma vez o requerente requer a isenção total das taxas, também mais uma vez nos termos da Lei e do Regulamento, mais uma vez o Executivo delibera a isenção parcial, na nossa opinião sem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

enquadramento legal e contra o Regulamento Municipal e neste sentido e à semelhança do que temos feito noutros casos semelhantes, o nosso voto é contra.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O voto favorável do Movimento Independente de Cidadania é tão só a expressão de valorização do caráter empreendedor da empresa que tem coragem numa terra morta dar-lhe alguma vida e conforto a quem a visita, acrescido de mais-valia de criação de postos de trabalho e consequente receita em termos de impostos diretos para o município. Assim tivéssemos mais empreendedores destemidos como esta empresa. Poderei eventualmente concordar nalguma parte com a minha antecessora mas efetivamente, se houvessem cinquenta empresas destas, eu realmente isentava-as de todas as taxas. É que é preciso ter coragem no momento atual e numa terra como Montemor, deserta, haver ainda estas pessoas com coragem para investir.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Iremos votar favoravelmente este ponto enaltecendo o caráter empreendedor do proponente do munícipe que está a investir e a tentar investir e a continuar a investir no nosso concelho, sendo que todas estas ações são bem-vindas. Quanto à redução da taxa entendemos e acho que já fizemos isso, já foi discutido da outra vez, quem pode o mais, pode o menos, se podemos isentar na totalidade, podemos isentar parte e portanto não se põe em causa a legalidade.”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 21 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- Contra -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- Contra -----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	----- Contra -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	----- Contra -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Paulo José Soares Coutinho-----	----- A Favor -----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	----- A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- A Favor -----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	----- A Favor-----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

----- Maria João Batista Sobreiro -----Contra -----  
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----  
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----  
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----  
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----  
 ----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa----- A Favor-----  
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----  
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

### ----- 13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão prévia de Parecer Vinculativo – Isenção IMT requerida por António Fernando Simões de Sousa. -----

----- O PMAM solicitou o regresso do Senhor Deputado Ricardo Bites, se fosse esse o seu desejo, o que, de facto, aconteceu. Usou da palavra o PMAM que disse: “Como repararam o ponto 13, 14 e 15 são pontos que pela primeira vez, na substância, aparecem nesta Assembleia. Julgo que eles não suscitam qualquer dúvida mas peço ao Sr. Presidente de Câmara que já me disse que o Dr. Miguel Felgueiras iria fazer a explicação do porquê, porque como é um novo tipo de isenção, eu gostaria que fosse explicada à Assembleia porque é que aparece aqui.” -----

----- Usou da palavra o Chefe de Divisão, Miguel Felgueiras que disse: “Houve um primeiro pedido que em termos jurídicos nos suscitou muitas dúvidas, e até a primeira intenção seria de indeferimento, mas depois em reunião de coordenação jurídica, e peço desculpa que a minha área não é jurídica, se for necessário também chamarei a minha colega. Tivemos algumas dúvidas se ia à Câmara ou a Assembleia isentar. Em coordenação jurídica entendemos que devíamos trazer isto à Assembleia Municipal para conceder isenção. E fizemos bem porque entretanto depois de termos agendado estes pontos, pedimos um parecer pela Dr.<sup>a</sup> Susana Grou, à Divisão de Infraestruturas e Ambiente que trata destes assuntos. Eles dizem o seguinte: “*Cumpra-nos informar que com a entrada em vigor da Lei 111 de 2015, para se beneficiar de isenção fiscal por aquisição de prédio confinante deverá respeitar-se os seguintes procedimentos...*” “*emissão por parte do município territorialmente competente*” neste caso o município de Montemor-o-Velho, “*de parecer o âmbito nº 3 do artigo 51 cujo elemento referidos nº3 do artigo 9º*” que são os elementos que instruem estas propostas. E nós até vamos ajudar depois, caso a Assembleia considere dar esta isenção aos munícipes, eles enviaram-nos também o seguinte: “*Após emissão do parecer do município o requerente deverá solicitar a DRAP*” e aqui a nossa dúvida seria que o referido parecer devia vir antes à Assembleia ou depois, eles claramente dizem aqui “*com esta isenção não quer dizer que o munícipe a venha a ter...*”, eles têm que ir pedir parecer à DRAP e na posse de ambos os pareceres, no parecer da Assembleia Municipal, se for positivo, e o parecer da DRAP é que podem ter essa isenção. Em termos não

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

jurídicos é a explicação que tenho a dar. Depois também posso partilhar com os juristas que aqui estão mas veio depois de já termos enviado para a Assembleia e tomamos a atitude correta porque tínhamos de ligar para as Câmaras à volta e ninguém ainda tinha concedido este tipo de isenção, tal era a novidade da Lei.” --

----- Usou da Palavra o PMAM que disse: “Se perceberam o que se trata aqui era a isenção porque houve uma junção de parcelas, basicamente pelo que fui ler, essa questão é permitida hoje como foi explicado. Não sei se alguém quer fazer alguma intervenção sobre o assunto.” -----

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Com o devido respeito Senhor Presidente, o Movimento Independente de Cidadania da análise que fez a este ponto reconhece o espírito da lei que determina o pedido em causa. No entanto, não pode deixar de apresentar algumas dúvidas que se colocam neste tipo de processos e à forma como o mesmo se encontra instruído, uma vez que tal não permite avaliar a natureza económica do requerente, as mais-valias que este tipo de procedimento possam ter para o município e os munícipes de Montemor-o-Velho, nomeadamente na criação de postos de trabalho, aumento de produções ou impostos pagos, ou se a mesma não traduz apenas o reforço do património pessoal do requerente. Acresce que no período de dificuldade financeira para o município que se sustenta tão só com o aumento dos impostos ao comum dos cidadãos montemorenses, estas isenções se apresentam como exceções difíceis de avaliar e entender. Nomeadamente por quem tem de pagar os impostos municipais. Deste modo e uma vez que tais processos se revelam incompletos para uma avaliação rigorosa, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra abstém-se na votação do referido ponto.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 22 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor -----
----- Ricardo Manuel Pato Brites -----	----- A Favor -----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	----- A Favor -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	----- A Favor -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

----- Paulo José Soares Coutinho-----	A Favor -----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção -----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
<b>----- 14. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão prévia de Parecer Vinculativo –</b>	
<b>Isenção IMT requerida por António Silva Cascão. -----</b>	
----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se 22 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor -----
----- Ricardo Manuel Pato Brites -----	A Favor -----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	A Favor -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Paulo José Soares Coutinho-----	A Favor -----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção -----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	----- A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo-----	----- A Favor-----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	-----
<b>----- 15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão prévia de Parecer Vinculativo –</b>	
<b>Isenção IMT requerida por Vítor Manuel Guardado Cantante.-----</b>	
----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se 22 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor -----
----- Ricardo Manuel Pato Brites -----	----- A Favor -----
----- Joaquim António Graça Raínho-----	----- A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	----- A Favor -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	----- A Favor -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Paulo José Soares Coutinho-----	----- A Favor -----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	----- A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- Abstenção -----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	----- A Favor -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	----- A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo-----	----- A Favor-----
----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa-----	----- A Favor-----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (PMT) que disse: “Aqui eu quero fazer uma declaração de voto em relação à abstenção. E nós abtemo-nos porquê? -----

----- Tais processos revelam-se incompletos de uma avaliação rigorosa e o Movimento Independente de Cidadania absteve-se por tal facto.” -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a isenção do pagamento de taxa pela utilização do Castelo, solicitada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego, CRL.**-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Este foi o ponto que introduzimos na Convocatória, esta questão apesar de ter sido distribuída, julgo que o Senhor Presidente pode fazer uma pequena introdução relativamente ao porquê de aparecer esta proposta da Câmara e a aprovação desta Assembleia e porque é que isentamos uma entidade bancária.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “É com todo o gosto que faço esta intervenção porquanto a primeira nota e para que não haja dúvidas, eu há bocado assisti a um certo ataque ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não me mandatou para o defender, não tem culpa rigorosamente nenhuma, por isso aqui fica a assunção de culpas por parte do Executivo e também porque houve um conjunto de situações que só no dia 20 de abril é que foram do nosso conhecimento e em consequência da própria dinâmica da câmara, só agora é que pode ser agendado o ponto para a Reunião de Câmara que ocorreu antes desta Assembleia e que motivou a inclusão deste ponto na Assembleia Municipal. Justificado e assumida a culpa a quem deve ter, que somos nós, passaria à explicação do ponto. -----

----- Aquilo que se trata é a comemoração do centenário duma entidade que tem uma importância determinante e quase incontornável no tecido económico local. Seja ao nível do comércio, da pequena indústria, da agricultura. É a entidade próxima dos investidores do concelho, é a entidade que durante muitos anos financiou a inovação, financiou a coragem de muitos empresários aqui do nosso concelho. E por isso, uma data como esta que se apresenta como 100 anos de existência merece por parte do executivo e é uma proposta minha de isenção total, que não se cobre esta taxa para que eles ocupem durante a manhã o Castelo de Montemor-o-Velho. E por isso mesmo, a proposta de isenção para uma entidade privada, que não é uma entidade qualquer. -----

----- Esta entidade fez uma outra coisa, que eu aqui também revelo, decidiu também dar à população um conjunto de mais-valias no âmbito do seu centenário, e posso-vos dizer que nas festas anuais da Vila vamos ter um patrocínio de um artista, vamos ter vários patrocínios desta entidade que muito vão pulverizar este valor que aqui está a ser submetido para isenção. -----

----- Penso que será opinião unânime das pessoas presentes que esta entidade representa para nós uma

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

mais-valia no nosso concelho e por isso mesmo, a proposta que aqui está e pedindo mais uma vez desculpa aos Senhores deputados mas a convocatória de uma Assembleia Extraordinária só para aprovar este ponto parecia-me dispendiosa e sem justificação. E por isso tomei a liberdade. Não é o Presidente da Assembleia que tem culpa, fomos nós, para poupar uma Reunião, porque nós não iríamos deixar de dar esta isenção ou de propor esta isenção.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra faz suas as palavras do Senhor Presidente. No entanto, acresce referir que é de louvar termos entre nós uma entidade que nasceu neste Concelho e chegou 100 anos depois sem mágoa através de um homem, que outros homens teve, o Eng. Cachulo uma pessoa com muita dignidade. Enaltecê-lo, é sempre presente, porque está sempre atento aos pequenos investidores e quem tem algum *elam* para o risco, está sempre pronto a ajudar e a financiar. Por isso é uma riqueza para nós, é um momento de orgulho e nesse sentido corroboramos inteiramente com as palavras do Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Só alguns esclarecimentos sobre as solicitações que ainda são pedidas pelo Presidente do Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola, nomeadamente eu penso que a tenda não será da responsabilidade da Câmara, se a Crédito Agrícola vai pagar a energia elétrica que consumir, assim como a água e se os seis separadores metálicos também serão cedidos gratuitamente. Assim ainda teremos o custo acrescido do funcionário da vigilância das escadas.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Em relação a este ponto da Ordem de Trabalhos, esta bancada também vem corroborar um pouco aquilo que o Senhor Presidente de Câmara disse. Devo aqui chamar a atenção para uma situação um pouco também para contextualizar a nossa tomada de posição, noutras situações de ocupação por outras entidades que fazem uso do Castelo, noutras circunstâncias esta bancada tem votado contra, mas a verdade é que esta situação é uma situação completamente diferente. Esta entidade em causa é uma entidade muito importante para o concelho, ajuda muitas vezes financeiramente, como o sabemos, famílias do nosso concelho em dificuldades, tem um papel fundamental no desenvolvimento do comércio e dos empresários locais, aposta, também, na criação de postos de trabalho que dão emprego aos munícipes do concelho. E por estes motivos, é uma entidade com grande importância e relevância para a nossa zona, pelo que também é um orgulho e devemos enaltecer que o município possa estar envolvido nas comemorações do seu aniversário e possa de alguma maneira contribuir para que se possa receber estas 1000 pessoas que vêm a este evento da melhor forma possível para ficarmos bem para com estas pessoas. -----

----- Relembramos que não queremos deixar passar que já no passado em relação ao valor da taxa que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

é aplicada, continuamos a dizer que 12.000 euros, por dia, é um exagero. É uma taxa altamente exagerada para aquele espaço, o que acaba por o tornar pouco atrativo para qualquer entidade que queira utilizar o nosso castelo. Esta situação tem de ser revista para que possa haver pressupostos para aplicação de isenção total ou isenções parciais quando delas hajam lugar. Para que sejam situações distintas, para que de uma forma mais equitativa se possa fazer a aplicação de isenção parcial ou total das taxas de utilização do castelo. Mas contudo esta bancada quer reforçar que sendo uma entidade local o nosso voto vai ser favorável, como não podia deixar de ser.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Logicamente que iremos votar favoravelmente, como temos votado noutras circunstâncias e com outras entidades. -----

----- Nem sequer estava para usar da palavra, mas vou usar simplesmente para dizer que reconhecendo todo o mérito da entidade que está a requerer a isenção, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego, nós também e parece-me que está a ser feito um bocadinho, não podemos desprezar todas as outras entidades que pedem isenção de taxa e que trazem mais-valias a este concelho. É que não é por serem de fora do concelho que naquela altura e para a situação concreta que estamos a aprovar não merecem a mesma isenção e não devem ser tratados com a mesma equidade. Não tirando em nada o mérito e não podemos retirar rigorosamente nada o mérito a esta instituição, mas também não posso retirar o mérito de todas as outras que já mereceram por parte desta bancada e que espero que continuem a aparecer mais empreendedores, mais investidores requerendo a isenção porque é sinal que temos um concelho vivo, atrativo, e porque acho que também é muito importante, quem vive e quem está fora do concelho e que também leva para mais longe este concelho de Montemor-o-Velho e as suas mais-valias.” --

----- O PMAM deu a palavra ao Presidente da Câmara que disse: “ Em primeiro lugar dar resposta ao Senhor deputado Ricardo Brites que os demais pedidos estão em apreciação, como eu referenciei na introdução da minha explicação, a nossa preocupação foi poupar a convocatória de uma Assembleia Extraordinária, todos os demais pedidos estão em apreciação nos serviços e serão apreciados em igualdade de circunstâncias com os outros que entram na Câmara Municipal e também serão deliberados pelos órgãos próprios.-----

----- Eu corroboro com o que disse a deputada Maria João Sobreiro, porque ela acrescentou um bocadinho mais ao que eu disse. Só para lhe dar também uma explicação, eu já lhe tinha dito que nós iríamos rever todas as taxas do município e está em curso, neste momento esse trabalho, a empresa está contratada e na altura disse-lhe que queria rever todas, porque há uma coisa que tem de ser feita, que é a fundamentação económica das taxas e por isso mesmo é um estudo que é caro. Não podíamos fazer para cada regulamento, sua contratação. Eu optei e por isso é que está tudo aí num reboliço total, optei por fazer uma contratação única para todas as taxas e todos os preços do município e está em curso. Era só



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

essa explicação.” -----

----- Pede a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Após a resposta do Senhor Presidente, preciso de concluir o nosso ponto. Quero eu dizer que e já voltamos a falar disto aquando da organização do Festival Forte, não concordamos com a isenção total das taxas, entendemos que à semelhança do que já foi dito aqui pela Coligação Mais por Montemor, que de facto estas taxas devem ser revistas para que não se crie esta sensação de que a Câmara Municipal é benevolente e perdoa estas taxas aos senhores da Caixa de Crédito Agrícola porque eles também perdoam muita coisa a muita gente. Daí que me parece ser dispendioso por parte do Município assumir esta isenção total da utilização do Castelo de Montemor, até porque neste momento penso que é um espaço público municipal e o Município usufrui de outros espaços que poderiam ser aproveitados para esta cerimónia que não perdia a credibilidade e aquilo que esta instituição pretende.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Vou passar à votação deste ponto mas vou assumir que tenho conta na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, vou assumir que nunca me perdoaram um cêntimo, mas vou acima de tudo assumir que quando abri a conta, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo não tinha 100 anos, mas tinha um homem e um motor que verdadeiramente a afirmou. E apesar do Eng. Cachulo ter aqui sido recordado eu sei que ele não me leva a mal se garantidamente nós, todos aqui quem o conheceu recordar de facto o pai, estamos a falar do mesmo nome, Cachulo da Trindade, mas verdadeiramente e garantidamente, permitam-me dizer que o Eng. Cachulo, o Tó João, “herdou” de facto uma Caixa construída a pulso, a braço, como se construíram os campos do Baixo Mondeg, de seu pai António Cachulo da Trindade. Desculpem-me o desabafo.” -----

----- A Assembleia aplaudiu. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se 22 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor -----

----- Ricardo Manuel Pato Brites ----- Contra -----

----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----

----- Adelaide Maria Simões Medina----- A Favor -----

----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Sessão Ordinária de 2016, abril, 29

----- Edmea Teresa Reis Silva-----A Favor -----  
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----  
 ----- Paulo José Soares Coutinho----- Contra -----  
 ----- Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----  
 ----- José de Oliveira de Sousa-----A favor -----  
 ----- Maria da Graça Valente dos Reis----- A Favor-----  
 ----- Maria João Batista Sobreiro -----A Favor -----  
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----  
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----  
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----  
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----  
 ----- Maria Emília Baptista Pimentel Rosa----- A Favor-----  
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013.** -----

----- Verificou-se a existência de público, sem qualquer pedido de intervenção. -----

----- O PMAM solicitou à Assembleia que as deliberações fossem aprovadas em minuta, o que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Deixem-me usar da minha benevolência, hoje, para que os discursos do 25 de abril e quem os escutou, escutou a Senhora deputada Maria João Sobreiro e quero relevar aqui este facto, hoje na nossa Assembleia. Os resistentes da bancada da Coligação CDS-PP/PPD/PSD foram as mulheres, algo está diferente, de facto, no PPD-PSD/CDS-PP. -----

----- Bom regresso a casa e desculpem-me este comentário mas tinha de o fazer.” -----

----- Após esta intervenção o PMAM deu por encerrada a Sessão às 19h30, e para constar se lavrou a presente ata que após lida e aprovada vai ser devidamente assinada. -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Sessão Ordinária de 2016, abril, 29*

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Lucas Correia

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Olga Susana Miranda da Silva